



MAPEAMENTO DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS DA REGIÃO SUL:

RELATÓRIO FINAL CONVÊNIO 749630/2010



Caminhante, são tuas pegadas
o caminho e nada mais;
Caminhante, não há caminho,
se faz caminho ao andar

Ao andar se faz caminho
e ao voltar a vista atrás
se vê a senda que nunca
se há de voltar a pisar

Caminhante, não há caminho,
se faz caminho ao andar
Golpe a golpe, verso a verso...

Antônio Machado

**MAPEAMENTO DOS FUNDOS
SOLIDÁRIOS DA
REGIÃO SUL:
RELATÓRIO FINAL CONVÊNIO 749630/2010**

PROJETO SISTEMATIZAÇÃO DAS METODOLOGIAS E CAPACITAÇÃO
PARA A GESTÃO DE FUNDOS SOLIDÁRIOS NA REGIÃO SUL DO BRASIL
E A SUA ARTICULAÇÃO EM REDE ESTADUAL, REGIONAL E NACIONAL.

Convênio: 749630/2010
SENAES/MTE - CAMP

BRASIL | 2015

EXPEDIENTE

CAMP

Elaboração Textos:

Talita Jabs Eger

Elisiane de Fátima Jahn

Regina Piovesan

Márcio Pielke

Beatriz Gonçalves Pereira

Técnicos responsáveis pelo mapeamento:

Miele Pereira, José Konzen, Talita Jabs Eger

Equipe Fundos Solidários:

Beatriz Gonçalves Pereira, Elisiane Jahn, William

Leffeu, Regina Piovesan, Talita Jabs Eger

Conselho Diretor do CAMP:

Bernadete Maria Konzen

Helena Bins Ely

Jairo Santos Silva Carneiro

Mauri José Vieira Cruz

Secretária Executiva:

Daniela Tolfo

Arquivo Fotográfico:

Acervo Projeto Fundos Solidários

Acervo CAMP

Projeto Gráfico, Impressão e Diagramação

Gráfica e Editora Relampâgo



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO PROJETO FUNDOS SOLIDÁRIOS NA REGIÃO SUL

**FUNDOS SOLIDÁRIOS NA REGIÃO SUL: GERINDO NECESSIDADES,
RECURSOS E SOLUÇÕES COLETIVA E SOLIDARIAMENTE**

FUNDOS SOLIDÁRIOS NA REGIÃO SUL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Caracterização dos Fundos Solidários mapeados na região Sul

Principais fontes de financiamento dos

Fundos Solidários da região Sul

FUNDOS SOLIDÁRIOS DE BASE OU COMUNITÁRIOS: UM DESAFIO PARA A REGIÃO SUL

TEXTOS PARA REFLEXÃO E APROFUNDAMENTO

FINANÇAS SOLIDÁRIAS E A DEMOCRATIZAÇÃO DO CRÉDITO

A QUESTÃO DO CRÉDITO E O CRÉDITO COMO QUESTÃO: FINANÇAS SOLIDÁRIAS

E FINANCIAMENTO PARA ECONOMIA SOLIDÁRIA

INSTRUMENTOS DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS PRESENTES NA REGIÃO SUL DO BRASIL

BANCO E CASA DE SEMENTES CRIOULAS: FORMAS QUE CONSOLIDAM A

RESISTÊNCIA E A CONTINUIDADE DA EXISTÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA

SEMENTES CRIOULAS

O QUE É UM BANCO OU CASA DE SEMENTES CRIOULAS

COMO ORGANIZAR UMA CASA OU BANCO DE SEMENTES CRIOULAS

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRÁTICAS NA INSTALAÇÃO DE UMA

CASA/BANCO DE SEMENTES CRIOULAS

AUTOGESTÃO NOS PROCESSOS DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS DA REGIÃO SUL

MULHERES, JUVENTUDE, NEGROS(AS) E GESTÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

PARCERIA CAMP E CÁRITAS RS: FORTALECENDO E POTENCIALIZANDO A AÇÃO

DOS FUNDOS DIOCESANOS DE SOLIDARIEDADE

CONTATOS DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS MAPEADOS NA REGIÃO SUL





APRESENTAÇÃO DO
PROJETO FUNDOS
SOLIDÁRIOS NA REGIÃO SUL

CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional – executou durante o período de 2011 a 2015, o Projeto *Ação de Fomento às Finanças Solidárias através dos Fundos Solidários na Região Sul*, fruto de uma seleção Pública e do CONVÊNIO SENAES/MTE - CAMP N°749630/2010.

Os projetos realizados em cada uma das cinco regiões do Brasil, frutos do chamamento público feito em 2010 de *Apoio às Finanças Solidárias com Base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários*, se inserem em um amplo cenário de debates acerca da necessidade e importância da articulação das Finanças Solidárias e do Desenvolvimento Territorial, baseado nas “metodologias de gestão dos serviços financeiros, de natureza associativa e solidária” (BRASIL, 2012, p. 175). Com base no relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho (GT) de Finanças Solidárias, em 2004, compreende-se que o conjunto dessas ações:

(...) dizem respeito ao crédito aos empreendimentos de economia solidária, têm características próprias que devem ser discutidas para que se delimitem o espaço de inserção, as demandas, as linhas de créditos e outras questões para que se tenha um quadro favorável ao desenvolvimento dos empreendimentos por meio da capitalização e criação de infraestrutura. Relatório GT – Finanças Solidárias, 2004

Compreendendo-se não apenas as especificidades oriundas das atividades econômicas dentro da Economia Solidária (ES), mas também a dificuldade que a maioria dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) encontram para acessar recursos financeiros via linhas de crédito disponibilizadas por bancos públicos e privados, tornou-se imprescindível discutir, por um lado, um sistema alternativo de gestão e financiamento à ES e, por outro, a organização de estratégias capazes de incidir nas políticas dos bancos públicos e, desta forma, consolidar parcerias entre os atores vinculados às Finanças Solidárias e os instrumentos do sistema financeiro nacional.

Deste modo, a relevância da execução deste projeto se dá na medida em que na região Sul encontram-se várias experiências com Fundos Solidários (FS)¹, algumas já com duas décadas de apoio a grupos comunitários, com objetivo de fomentar alternativas de trabalho associativos e solidários. As ações destes FS foram e continuam sendo determinantes na constituição e viabilização de muitos EES. Razão pela qual faz-se importante mapear estas experiências não apenas para conhecê-las e divulgá-las melhor, mas também a fim de organizar informações que possam subsidiar a proposição de uma política pública para FS, bem como a constituição de uma Rede dos FS.

Os FS, no âmbito das propostas para as políticas de fomento à ES, constituem uma metodologia de apoio, seja através de recursos financeiros, meios de produção ou de serviços às atividades produtivas de caráter associativo, mediante compromissos devolutivos voluntários, considerando formas flexíveis de retorno monetário ou de equivalência por produtos ou serviços - ou ainda, sem retorno -, dirigidos para o atendimento de comunidades ou grupos associativos produtivos que adotam princípios de gestão compartilhada e convivência solidária. Enquanto ferramenta de gestão de recursos, podemos afirmar que os Fundos Solidários atuam como instrumentos de fomento à produção, cooperação e autonomia de grupos e comunidades, baseando-se em práticas autogestionárias e democráticas e se configurando em instrumentos vitais de emancipação de trabalhadores(as) excluídos(as) do sistema produtivo e financeiro hegemônico. Os FS, via de regra, não estão cadastrados como pessoas jurídicas próprias (não têm CNPJ), podendo ser organizados e geridos por entidades de apoio da sociedade civil ou por associações dos(as) próprios(as) beneficiários(as) de FS.

O Projeto FS é uma ação de âmbito nacional e foi executado de Norte a Sul do país², tendo como objetivo constituir e fortalecer uma rede e a política pública voltada para os FS. A partir dos mapeamentos regionais pretende-se organizar um Cadastro Nacional de FS tendo em vista constituir a Rede Nacional de FS a partir da qual se fará o diálogo com os governos para a ampliação e fortalecimento dos FS com o apoio de políticas públicas.

1 Estes FS são também conhecidos como Fundos de Pequenos ou Miniprojetos ou ainda, como Projetos Alternativos Comunitários (PACs).

2 Foram responsáveis pela execução do projeto em nível regional, as seguintes entidades: Cáritas Brasileira, Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP), Fundação Grupo Esquel Brasil, Programa Providência de Elevação da Renda Familiar, Cáritas Norte II.

O **Projeto FS da Região Sul**, de forma específica, visou mapear e debater a realidade dos diferentes tipos ou modalidades de FS na Região Sul do Brasil, sistematizando as suas linhas de ação e metodologias de gestão, analisando os seus resultados com prioridade para geração de trabalho e renda e fortalecimento de empreendimentos solidários e sustentáveis. Objetivou também capacitar lideranças sobre a gestão de Fundos Solidários de Base ou Comunitários, debatendo e propondo a organização de novos fundos - a partir das oficinas realizadas nos três estados da região -, e a articulação das ações dos Fundos Solidários em rede estadual, regional e nacional. As atividades deste projeto foram realizadas nos três estados da Região Sul, quais sejam: Santa Catarina (SC), Paraná (PR) e Rio Grande do Sul (RS).

Basicamente, o projeto da Região Sul foi responsável pelas seguintes atividades:





Visando acompanhar e monitorar as ações da equipe executiva, bem como discutir politicamente as ações do projeto, foi constituído o Conselho Gestor (CG)³. Ao longo de sua execução foram realizadas reuniões com o CG regional, composto pelas seguintes entidades:

- AVESOL - Associação do Voluntariado e da Solidariedade, RS
- CÁRITAS Regional PR
- CÁRITAS Regional RS
- CÁRITAS Regional SC
- FLD - Fundação Luterana de Diaconia, RS
- Fórum Paranaense de Economia Solidária, PR
- Instituto Acordar, SC
- MST (Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra), através da Coordenação do seu Fundo de Crédito Rotativo para a região Sul

O CG teve como atribuições: acompanhar e monitorar as ações do projeto; identificar experiências de FS em seus respectivos estados para que o mapeamento fosse realizado pela equipe executiva; auxiliar na construção dos referenciais teórico-metodológicos; participar da construção de uma agenda política nos estados, a fim de identificar potenciais parceiros para ampliação de FS na região Sul e nos estados.

Para este relatório foram consideradas e selecionadas algumas questões do caderno de mapeamento do projeto dos Fundos Solidários. Essas questões foram sistematizadas, com agrupamento e criação de categorias e geraram gráficos e análises descritas a seguir.

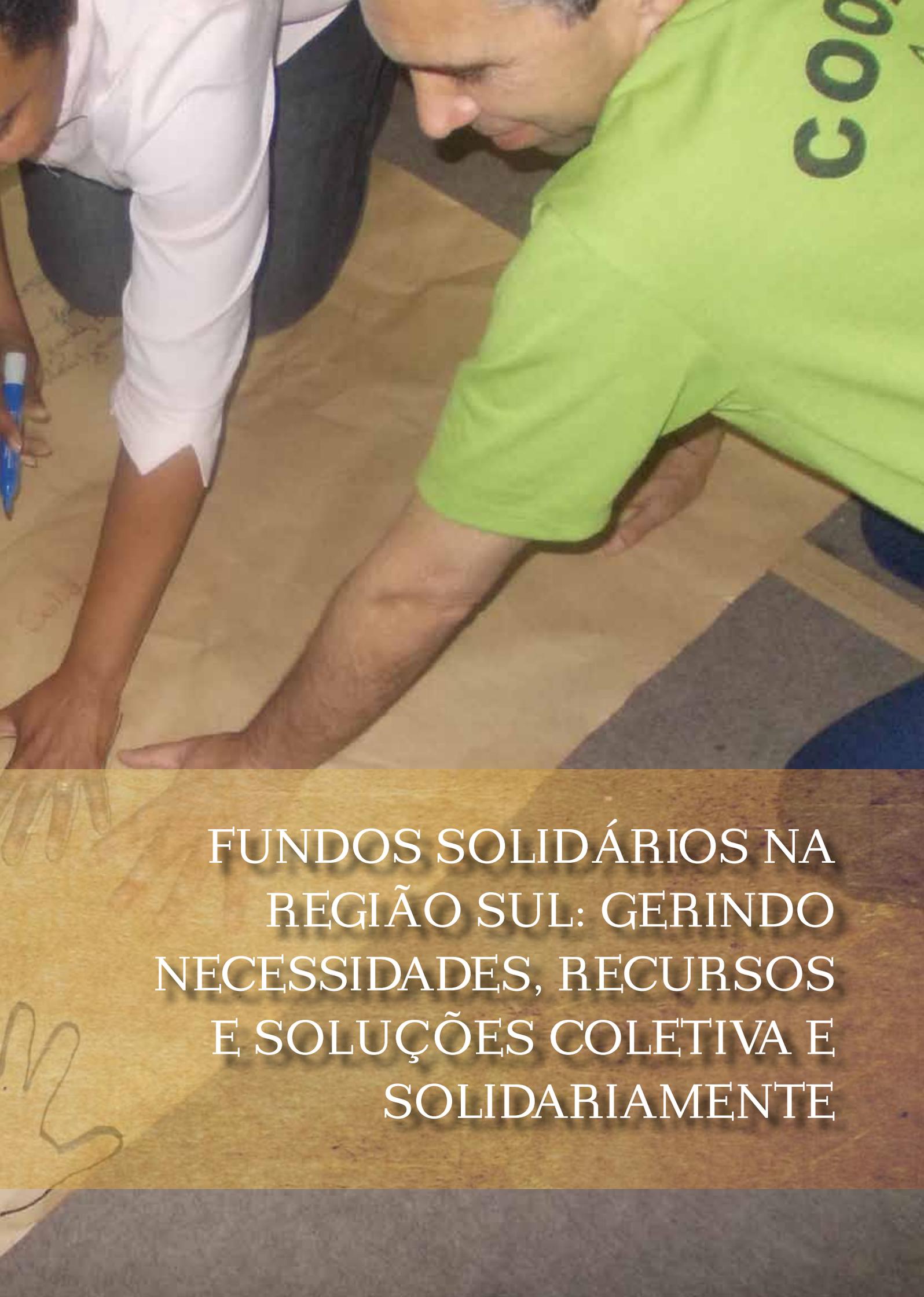
3 Entidades e redes da Sociedade Civil (Cáritas Brasileira/Secretariado Nacional, Cáritas Regional Norte II, Fundação Grupo Esquel Brasil, Projeto Providencia, Cáritas Regional Minas Gerais, Articulação do Semiárido – ASA, CNBB, Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Hefel, Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST) e Órgãos do Governo (Banco do Nordeste – BNB, Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDS, Ministério do Trabalho e do Emprego – MTE/SENAES).





design
individuals
examples
resources





FUNDOS SOLIDÁRIOS NA
REGIÃO SUL: GERINDO
NECESSIDADES, RECURSOS
E SOLUÇÕES COLETIVA E
SOLIDARIAMENTE

Ao longo do período entre 2010 e 2013, executamos o projeto “Fundos Solidários na Região Sul”. Fruto da chamada pública “Apoio às Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários” e do convênio⁴ estabelecido entre SENAES/MTE e o CAMP, o projeto possuía como objetivos principais mapear e debater a realidade dos diferentes tipos ou modalidades de Fundos Solidários na Região Sul do Brasil, sistematizar as suas linhas de ação e metodologias de gestão, bem como analisar os seus resultados com prioridade para geração de trabalho e renda e fortalecimento de empreendimentos solidários e sustentáveis.

A partir do mapeamento identificamos um grande número de instrumentos de Finanças Solidárias baseados na metodologia de Fundos Solidários (FS) e de Fundos Rotativos Solidários (FRS) na região. Em comparação a outras experiências mapeadas no Brasil, constatamos que o diferencial dos FS no Sul encontra-se no fato de que, via de regra, se constituem enquanto uma ação promovida pelas mais diversas entidades (majoritariamente religiosas, sendo que 70% são católicas, 12% luteranas e 18% outras entidades (comunitárias, sindicais, etc.) que objetiva financiar não apenas projetos de Economia Solidária, mas principalmente atividades produtivas prementes e em fase inicial. Neste sentido, os 33 FS mapeados na região Sul se constituem como uma fonte de crédito acessível de mobilização e promoção social de famílias e grupos, destinada a incentivar e financiar práticas produtivas solidárias sendo consideradas ainda, como um mecanismo fundamental no processo de mobilidade entre os programas de transferência de renda e a inserção produtiva.

Destacou-se, ao longo do mapeamento e debate sobre a realidade dos FS na região Sul, o beneficiamento proeminente da população mais excluída socioeconomicamente bem como, destacou-se que o público alvo atendido pelos FS encontra-se entre os segmentos considerados mais vulneráveis, como acampados, quilombolas, indígenas, mulheres, jovens, pescadores, agricultores familiares, etc. A diversidade de modalidades de FS em consonância com o perfil dos integrantes dos projetos e grupos apoiados aponta a grande contribuição destas experiências para o fortalecimento da ES, da soberania e segurança alimentar, hídrica e nutricional. Os FS e FRS atuantes na região Sul mobilizam diferentes tipos de recursos (45% recursos monetários; 5% sementes crioulas; 3% bens [maquinários, equipamentos]). No entanto, dos 33 Fundos Solidários mapeados

4 CONVÊNIO SENAES/MTE - CAMP Nº 749630 / 2010.



na região, cerca de 47% proporcionam, além do financiamento, acompanhamento e formação (técnica, economia solidária e política) aos grupos e projetos apoiados. Apesar de atuarem na região desde a década de 1970, foi apenas na década de 2000 que assistimos uma expansão em termos de constituição de novos Fundos.

Neste sentido, chama atenção a inexistência (ou fragilidade, quando há) de espaços formativos e de debate sobre a gestão de Fundos Solidários em suas mais diversas especificidades. Do mesmo modo, o cenário tendo em vista a criação de Fundos Rotativos Comunitários Solidários se mostrou um desafio, na medida em que há uma discussão ainda incipiente nos espaços de Economia Solidária da região. Nossa proposta, intenta, portanto, fortalecer as experiências já existentes (juntamente com as que forem criadas ao longo da execução do projeto) através da oferta de assessoria técnica qualificada e materiais pedagógicos a partir dos quais se debaterá a gestão de cada uma das modalidades de Fundos e a ampliação e fortalecimento das redes de FS – tanto por modalidade quanto regional. A(s) rede(s) se constituirá tanto como referência formativa, quanto organizativa e política para os FS, promovendo e reforçando o diálogo e a articulação com os Fóruns de ES e com outras expressões das Finanças Solidárias. No que tange a expansão dos FS na região, intentamos promover espaços de formação a fim de divulgar e debater a metodologia dos FRCS, tendo como foco principal capacitar integrantes dos projetos e grupos apoiados pelos FS já existentes na Região, mas também lideranças comunitárias e participantes de EES, com vistas a fortalecer as ações já desenvolvidas por estes.

A Região Sul apresenta grande diversidade de tipologias de Fundos Solidários (FS) – monetários, sementes, etc. Experiências cuja importância histórica se relaciona ao apoio destinado a mobilização e promoção social de famílias e grupos, na medida em que se constituem enquanto uma importante fonte de crédito acessível e ao fomentar iniciativas de atividades produtivas, apoiando principalmente experiências vinculadas a Economia Solidária na Região. Desta forma, compreendemos que se faz necessário fortalecer as experiências já existentes através da oferta de assessoria técnica qualificada e materiais pedagógicos a partir dos quais se debaterá a gestão de cada uma das modalidades de FS e a ampliação e fortalecimento das redes de FS – tanto por modalidade quanto regional. No que tange a expansão dos FS na região, intentamos promover

espaços de formação a fim de divulgar e debater a metodologia dos Fundos Rotativos Comunitários Solidários (FRCS), tendo como foco principal capacitar integrantes dos projetos e grupos apoiados pelos FS já existentes na Região, mas também lideranças comunitárias e participantes de EES, com vistas a fortalecer as ações já desenvolvidas por estes. Neste sentido, intentamos fortalecer a rede de FS e FRCS que deverá se constituir tanto como referência formativa, quanto organizativa e política para os FS, promovendo e reforçando o diálogo e a articulação com os Fóruns de ES e com outras expressões das Finanças Solidárias.





FUNDOS SOLIDÁRIOS
NA REGIÃO SUL: BREVE
CONTEXTUALIZAÇÃO
HISTÓRICA

Na **Região Sul**, a prática dos **Fundos Solidários** passou a ser problematizada por algumas entidades a partir da metade da década de 1980, respondendo a uma provocação das organizações de cooperação internacional que apoiavam projetos e programas sociais no Brasil. Neste momento, procurava-se por alternativas que minimizassem a pobreza e a vulnerabilidade social que, por um lado, não estivessem relacionadas ao modelo caritativo e assistencialista e, por outro, garantisse a sustentabilidade econômica tanto destas entidades quanto dos coletivos apoiados por elas.

Foi em 1986 que a **Cáritas Regional do Rio Grande do Sul** realizou uma parceria com a Misereor (entidade católica Alemã) a fim de operacionalizar o que, neste momento, era denominado de “Fundo de Miniprojetos”. Este Fundo operava de modo a financiar atividades coletivas sem que houvesse devolução dos recursos a elas destinadas.

Nos primeiros anos da década de 1990, após um processo de avaliação, constatou-se a necessidade de solicitar a devolução aos grupos beneficiados pelo Fundo, ainda que, em um primeiro momento, ela fosse parcial. Daí surge o Fundo Rotativo Solidário – a partir da devolução dos grupos apoiados. Similarmente, em **Santa Catarina**, havia os **Miniprojetos Alternativos** (MPAs) que, a partir de 1994, passou a constituir um Fundo Solidário com as devoluções dos próprios empreendimentos apoiados.

Em 1998, na Assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi aprovada a proposta de realização anual da Coleta de Solidariedade durante a Campanha da Fraternidade, em todas as comunidades e paróquias do Brasil, definindo-se que do total do recurso arrecadado, 60% fosse para a constituição de Fundos Diocesanos de Solidariedade para apoio a projetos de desenvolvimento local, de acordo com a temática

da Campanha da Fraternidade, sendo 40% encaminhado ao Fundo Nacional de Solidariedade. Neste contexto, os **Fundos Diocesanos de Solidariedade** passaram a apoiar projetos a partir do final dos anos 90 e início dos anos 2000.

Na área rural, as(os) agricultoras(es) familiares sempre encontraram dificuldades em obter crédito. Tendo muitas vezes encontrado como única opção o microcrédito que não atendia as necessidades destas(es) trabalhadoras(es) por ser considerado um “empréstimo muito caro”. Compreendendo a necessidade de crédito subsidiado para a agricultura, o **MST** constituiu na década de 1980, um Fundo Rotativo que, sem ter o objetivo de competir com os créditos subsidiados, tornou-se uma opção complementar. Este Fundo, no entanto, não operava com a devolução dos recursos por parte da(os) apoiadas(os) e com isso tornou-se inviável a sua continuidade.

Com uma nova configuração, o **Fundo de Crédito Rotativo do MST**, surgiu com o objetivo fundamental de suprir uma demanda histórica no acesso ao crédito, apoiando primordialmente a ação econômica de grupos de mulheres e dos grupos de jovens para que possam iniciar atividades produtivas.

Os anos 2000 foram um importante momento de constituição de novos Fundos Rotativos Solidários na região. Em 2000, a **Fundação Luterana de Diaconia – FLD** – foi criada, por decisão do Conselho da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), a partir do antigo Serviço de Projetos de Desenvolvimento. A FLD surgiu com objetivo de apoiar a execução de programas e projetos que promovam a qualidade de vida, cidadania e justiça social. O **Fundo de Projetos**, uma das ações da FLD, tem parceria com o Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento (sigla em alemão EED), Pão para o Mundo (PPM) e Federação Luterana Mundial (FLM).

Além do Fundo de Projetos, existe um projeto acompanhado pela Fundação Luterana na área da agroecologia: o **Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA**. Os CAPAs são uma forma de apoio comunitário que visa suprir necessidades financeiras dos agricultores familiares e suas organizações. O FS, neste caso, possui um caráter pedagógico priorizando iniciativas inovadoras, abertas, participativas, solidárias e coletivas.

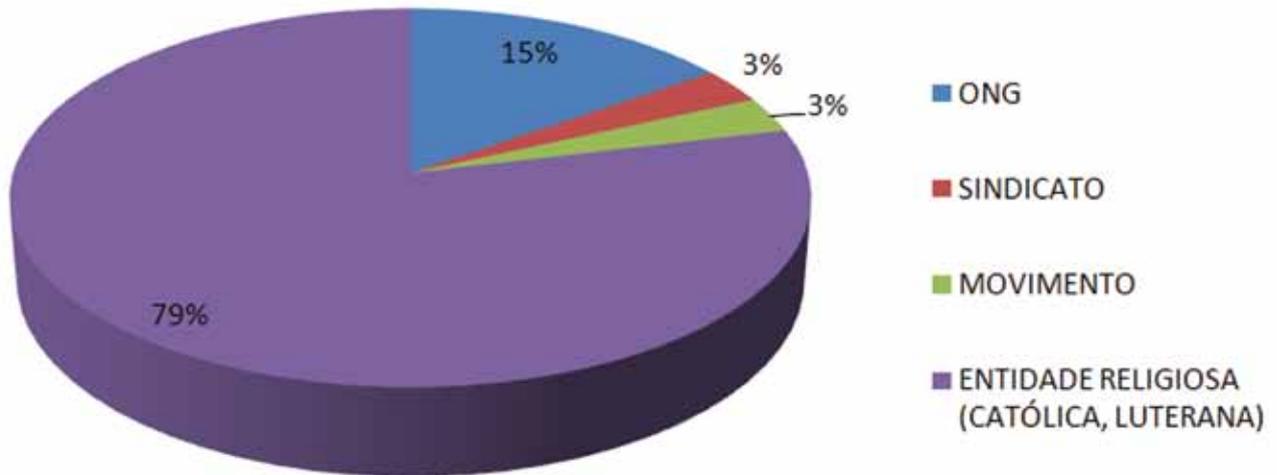
Em 2003, atendendo a uma solicitação do então Presidente da República, Luiz Inácio da Silva (Lula), que à época lançava o Programa Fome Zero e fazia um apelo à solidariedade com o objetivo de destinar ajuda financeira às famílias despossuídas, os metalúrgicos gaúchos constituíram o **Fundo Fome Zero dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre**, para ser distribuído a empreendimentos solidários de geração de emprego e renda. O Fundo dos Metalúrgicos é constituído a partir da colaboração da categoria, que destina 0,08% do aumento real para este fim.

As experiências dos Fundos Solidários indicam que eles são um instrumento importante para o fortalecimento da Economia Solidária na medida em que:

- ❖ Mobilizam recursos para promover atividades produtivas;
- ❖ Propiciam a formação e educação para a solidariedade e desenvolvimento territorial sustentável;
- ❖ Desenvolvem vínculos de confiança e de identidade de solidariedade e cooperação entre os participantes;
- ❖ Promovem a sensibilização e mobilização para a organização social comunitária e para a prática de autogestão de experiências de finanças solidárias;
- ❖ Estimulam a perspectiva e o engajamento no desenvolvimento comunitário e territorial.

Ao todo, foram mapeados 33 Fundos Solidários na região Sul, ao longo do período entre 2010-2013. Sendo que 12 (doze) deles estão sediados no PR, 13 (treze) no RS e outros 8 (oito) em SC. Chama atenção que, diferentemente da realidade encontrada em outras regiões do país, no Sul, 97% dos Fundos Solidários são de Fomento, ou seja, mantidos e geridos por entidades e organizações da sociedade civil com o objetivo de fomentar ativi-

dades produtivas associativas e comunitárias. Entre as iniciativas mapeadas, pelo menos 79% são experiências vinculadas a entidades religiosas, conforme gráfico abaixo:



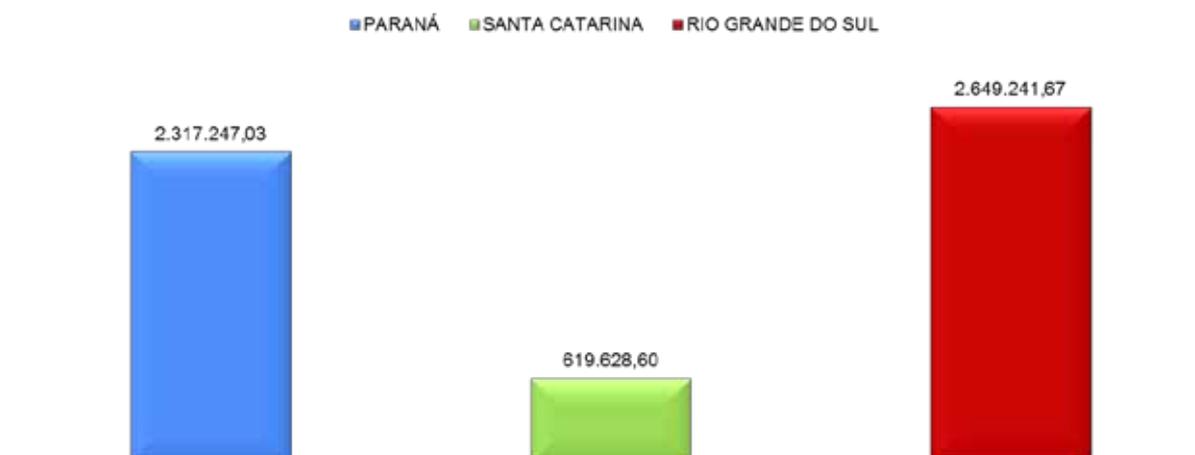
Caracterização dos Fundos Solidários mapeados na região Sul

Caracterizados genericamente como ONGs (organizações não governamentais), estão incluídas uma associação de agricultores (PR), um instituto (RS), uma união de associações (RS) e duas entidades que trabalham diretamente com sementes crioulas (RS). Na região sul há um sindicato e um movimento social que mantém fundos solidários. Cabe ressaltar ainda que todas as entidades gestoras de Fundos Solidários na região Sul são sem fins lucrativos mantendo, portanto, a classificação jurídica de filantropia, conforme indicado no instrumento de mapeamento.

Em relação aos recursos mobilizados por estes Fundos, cerca de 91% atuam principalmente com recursos monetários, enquanto 9% mobilizam sementes crioulas. Chama atenção, contudo, que 100% destas experiências apoiam EES e projetos associativos e comunitários técnica e pedagogicamente através, principalmente, de acompanhamento direto às iniciativas e formação técnica e política.

Financeiramente, em termos gerais, entre 2010 e 2011, anos de referência dos dados que subsidiaram o mapeamento, o conjunto dos Fundos Solidários da região Sul, captou mais de 5 milhões de reais, tendo repassado, no mesmo período de tempo, pouco mais de 2 milhões de reais.

VALORES CAPTADOS/ RECURSOS POR ESTADO



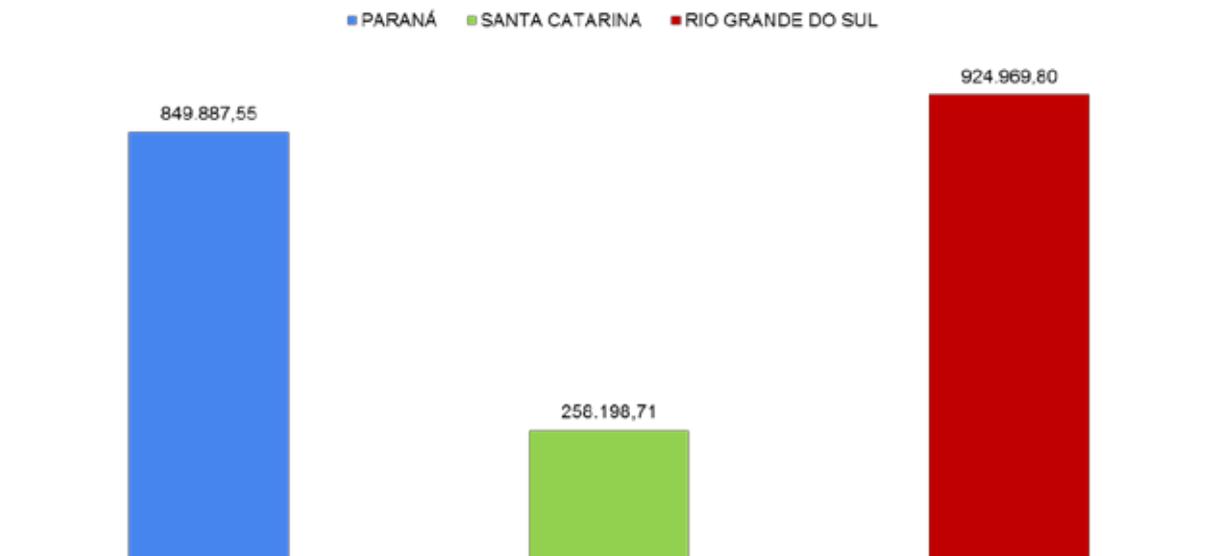
Valores captados pelo conjunto dos Fundos Solidários/por estado

Observa-se certa discrepância entre os valores captados e aqueles repassados no período-referência para este mapeamento. Esta diferença aponta, em grande medida, para dois pontos: **a)** característica de captação e repasse do Fundo Solidário responsável por mobilizar o maior montante de recursos na região e, **b)** a priorização, por parte dos FS, ao acompanhamento dos projetos e coletivos apoiados.

Em relação ao primeiro ponto, nota-se que o FS responsável pela maior captação de recursos, experiência sediada no Paraná e voltada para aquisição de imóveis, apresenta, como principal característica, a organização de poupanças coletivas com duração mínima de 5 anos. Após este período, os integrantes do fundo estão financeiramente aptos para aquisição de suas casas. No momento do mapeamento, portanto, o fundo estava em fase de captação e gerenciamento do recurso o que elevou consideravelmente os valores mobilizados regionalmente neste período. O segundo aspecto a ser considerado aponta, contudo, para uma fragilidade dos Fundos de Fomento que, ao priorizar o acompanhamento associado ao financiamento, esbarram na escassez de recursos humanos na composição de seus quadros. Neste cenário, opta-se, via de regra, por apoiar apenas os projetos e iniciativas que serão passíveis de acompanhamento técnico e pedagógico continuado, razão pela qual, os valores repassados ao longo de um ano apresentam-se menores do que aqueles captados no mesmo período.

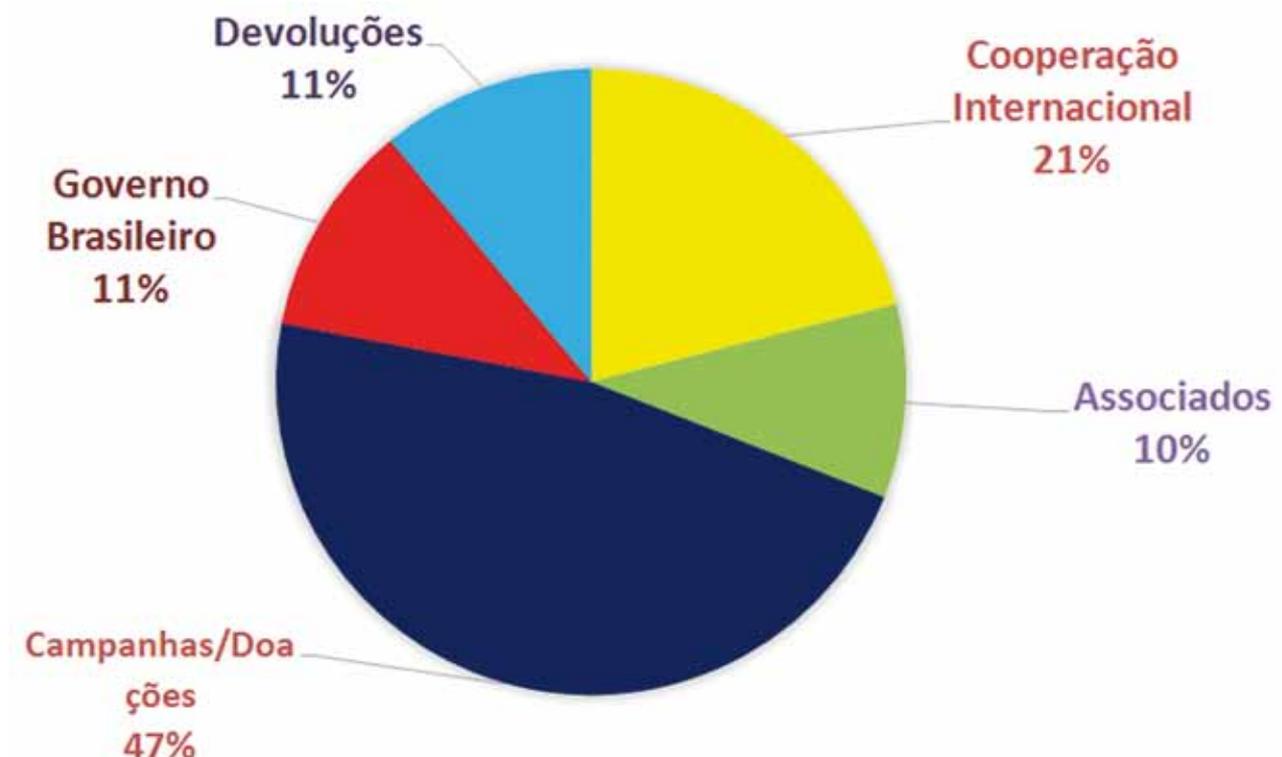


VALORES REPASSADOS / POR ESTADO



Valores repassados a projetos e EES pelos Fundos Solidários/por estado

Considerando o perfil e a identidade da maioria das entidades gestoras de Fundos da região, observamos que, em sua maioria, suas fontes de financiamento estão vinculadas a doações e a parceria estabelecida com organizações internacionais, conforme gráfico abaixo:



Principais fontes de financiamento dos Fundos Solidários da região Sul

A referência ao governo brasileiro enquanto um dos financiadores destas experiências diz respeito, primordialmente, aos bazares realizados por alguns FS a partir de doações da Receita Federal.

Os produtos apreendidos pela Receita Federal já se constituem há mais tempo como uma alternativa para viabilizar recursos para projetos sociais, que podem ser acessados de diferentes formas. Além da doação existe a modalidade de Edital Público de leilão de produtos, inclusive com lance eletrônico/virtual. Algumas CÁRITAS e a CESI de Salvador já têm experiências nesta modalidade. Pelo que se sabe, não existem maiores dificuldades para acessar e adquirir lotes de produtos em leilões. A principal dificuldade é estar organizado e com capacidade de vender todos os produtos no menor tempo possível. Com referência nestas iniciativas a experiência do Bazar Nacional com lotes provenientes do Edital do MDS deixa dúvidas sobre a sua viabilidade, principalmente quanto ao tipo dos produtos, metodologia de organização, distribuição dos resultados, viabilidade econômica. A viabilidade econômica, ou melhor, um resultado positivo depende do quanto os produtos tem um apelo de atrair consumidores; da capacidade de organização de um bazar e do local e tempo da sua realização. Pelo que se observa os bazares tem que ser organizados o mais próximo possível do local onde os produtos são disponibilizados pela Receita Federal. Dependendo do tipo dos produtos torna-se necessário planejar o perfil do público a ser informado e sensibilizado para adquirir os produtos. Acredita-se que os produtos com maior potencial de viabilidade são aqueles que têm um bom apelo para o consumo individual, que tenham qualidade, que não estejam defasados tecnologicamente e nem dos referenciais da moda.

Acredita-se que a realização de bazares é uma alternativa para arrecadar recursos, mas parece ser necessário realizar, com base em experiências já realizadas, um ou mais estudos mais consistentes sobre os principais aspectos/questões e metodologia de organização/realização para a sua viabilidade. Ou seja, os bazares são uma alternativa que apresenta boas potencialidades de viabilidade, mas também podem incorrer num conjunto de dificuldades que ao invés de resultar num saldo positivo, pode resultar em prejuízos e descréditos para as entidades e organizações envolvidas.

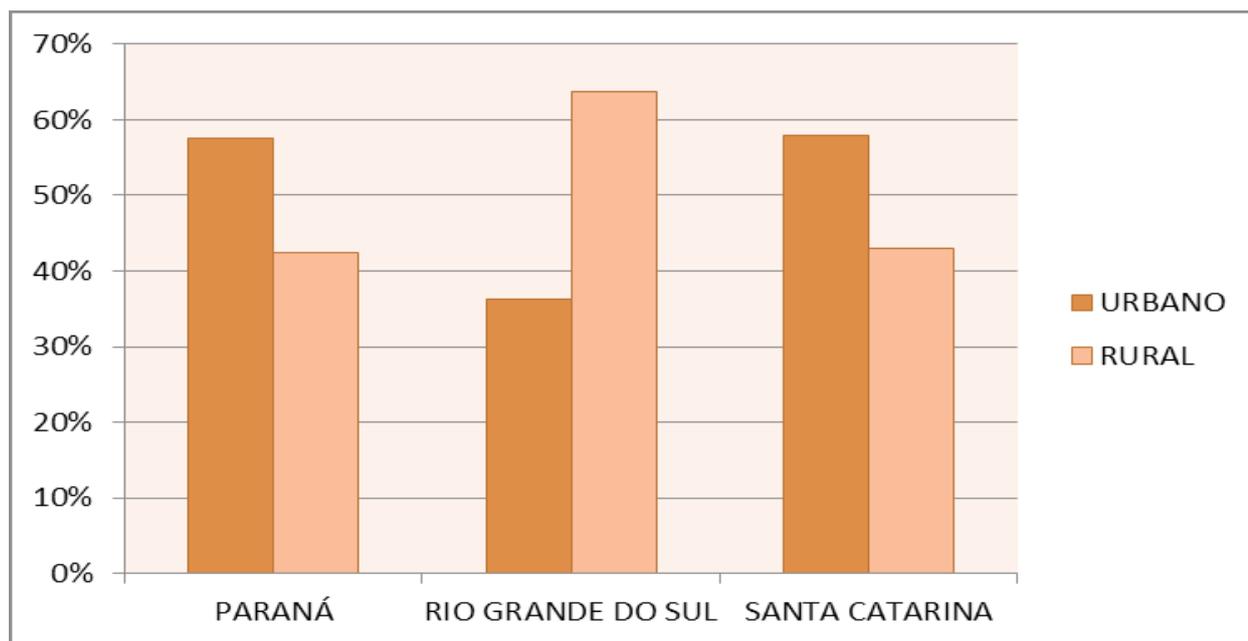
Conforme afirmou-se em outros momentos, os Fundos Solidários de Fomento na região Sul cumprem o importante papel de suporte técnico e financeiro aos EES e projetos produtivos associativos e comunitários, tendo apoiado diretamente, entre 2010-2011, cerca de 5.827 famílias, ou seja, 29.135 pessoas, em média. Em relação a estes

dados, importa ressaltar que grande parte dos fundos mapeados não dispunha de dados organizados e sistematizados acerca de suas ações. E, por esta razão, é provável que o número de famílias apoiadas seja muito superior ao constatado ao longo da pesquisa.

Entre o público apoiado, ressalta-se que 80% possuía renda mensal familiar abaixo de 760 reais. Neste sentido, o mapeamento mostrou que, em sua maioria, os Fundos apoiam os seguintes eixos temáticos:

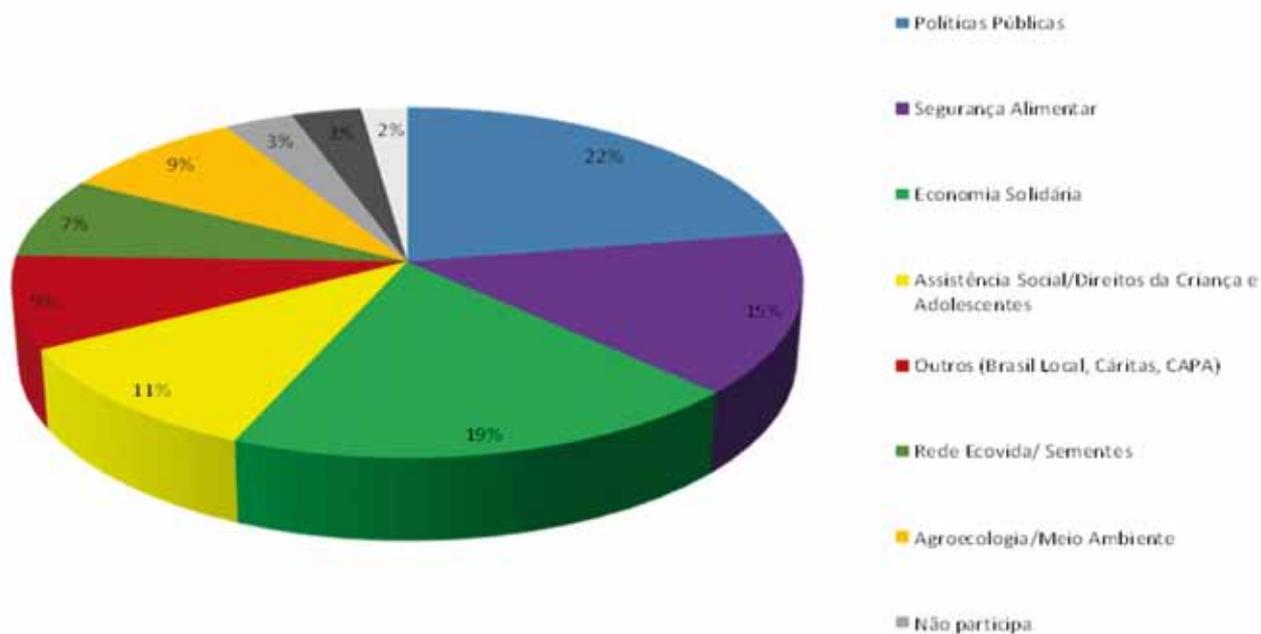
- ❖ Projetos emergenciais
- ❖ Empreendimentos Econômicos Solidários (grupos já organizados)
- ❖ Organização de Empreendimentos Econômicos Solidários (iniciação produtiva)
- ❖ Formação, Mobilização e Articulação
- ❖ Tecnologias alternativas (especialmente na zona rural)

Em relação a área de atuação destas iniciativas, apenas no RS os Fundos apoiam um maior número de projetos localizados no meio urbano. Tanto em SC, quanto no PR, o número de projetos apoiados na área rural é, em média, 20% maior do o número de projetos urbanos.



Áreas de atuação dos Fundos Solidários da região Sul

Os Fundos Solidários de Fomento, através das entidades que fazem sua gestão, estão presentes em diversos espaços de construção e articulação política. Na região Sul, estas iniciativas são atuantes, majoritariamente, em fóruns e espaços voltados à Economia Solidária e à Segurança Alimentar e Nutricional, aos quais agregam-se espaços destinados a agroecologia e, conseqüentemente, ao debate sobre as sementes crioulas.



Espaços de participação política em que os Fundos Solidários estão presentes

Uma vez que se detectou como principal característica dos Fundos Solidários da região o apoio e fomento aos EES locais, voltamos nossa atenção para algumas destas experiências tendo, por objetivo, compreender a incidência dos FS sobre elas. Entrevistou-se, ao longo de 2011-2013, trinta EES nos três estados da região.

Em termos gerais, os EES apoiados em algum momento de suas trajetórias por FS indicaram como aspectos importantes no que tange a sua **incidência sobre coletivos econômicos solidários** os seguintes aspectos:

- a) Acesso aos recursos financeiros:
 - ❖ Acesso ao crédito de forma desburocratizada;
 - ❖ Flexibilidade no retorno/devolução dos recursos por parte dos grupos apoiados;

- b) Impactos dos FS sobre os EES apoiados:
 - ❖ Aumento da renda;
 - ❖ Aquisição de maquinários, insumos, etc.;
 - ❖ Qualificação técnica;
 - ❖ Consciência social e política;
 - ❖ Possibilidade de diversificação das atividades produtivas;
 - ❖ Possibilidade de maior articulação e fortalecimento das redes;
 - ❖ Contribuição para a permanência de agricultores familiares na agricultura e nas comunidades rurais;
 - ❖ Implantação e desenvolvimento de tecnologias alternativas.

Os mesmos EES apontaram o que consideram **limites e desafios** na atuação dos FS na região Sul, quais sejam:

- ❖ Limite dos recursos financeiros (os recursos repassados, por vezes, não contemplavam a real necessidade dos EES);
- ❖ Limitação no acompanhamento técnico qualificado e contínuo;
- ❖ Os repasse de equipamentos e maquinários, eventualmente, não atendem a necessidade do grupo;
- ❖ A exigência em torno da apresentação de projetos/modelo de prestação de contas por parte dos grupos apoiados, torna-se, inúmeras vezes, impeditivo para alguns coletivos;

- ❖ Pouca ou nenhuma divulgação dos FS existentes nos territórios;
- ❖ Quando se conhece o FS, por vezes, não se tem informações sobre o funcionamento dele ou acredita-se, por exemplo, que ele atende apenas suas bases (como no caso dos FS ligados as Igrejas, por exemplo);
- ❖ Falta clareza sobre o que são, de fato, os FS. O que tem implicações, por exemplo, na devolução do recurso emprestado.

Os FS, por sua vez, indicam, nos três estados, **limites e dificuldades** que podem ser agregados em três diferentes categorias:

EIXO 1: Grupos apoiados/beneficiados pelos FS

- ❖ Falta de clareza na apresentação de relatórios, notas (prestação de contas dos grupos);
- ❖ Organização dos grupos e busca do recurso “pelo recurso” (falta de conscientização acerca da metodologia dos FS);
- ❖ Resistência ao novo (pacote tecnológico associado a políticas públicas dificulta relação com as experiências de FS na zona rural, por exemplo);
- ❖ Infraestrutura para seleção e armazenamento de sementes (no caso específico dos FS que mobilizam sementes crioulas);
- ❖ Conciliar a produção com a participação em momentos de formação;
- ❖ Inadimplência, não devolução dos recursos emprestados.

EIXO 2: Gestão dos Fundos Solidários

- ❖ Recursos financeiros e humanos reduzidos;
- ❖ Dificuldade de acompanhar os grupos / capacidade de acompanhamento;
- ❖ Conhecimento limitado acerca da realidade das comunidades dos grupos beneficiados (comunidades tradicionais como indígenas e quilombolas, por exemplo);
- ❖ Falta de tempo para análise e estudo da gestão do fundo;
- ❖ Garantir a visibilidade econômica e a gestão do fundo;
- ❖ Equipes mais preparadas para formação e acompanhamento dos projetos;

EIXO 3: Relações com os governos das três esferas, entidades de fomento

- ❖ Parcerias limitadas (com Poder Público);
- ❖ Impossibilidade de capitalizar os Fundos Solidários através de parcerias com bancos públicos, privados e de desenvolvimento.

No que diz respeito aos **resultados alcançados**, os FS indicam os seguintes aspectos:

- ❖ Ampliação da renda e do associativismo autogestionário;
- ❖ Contribuem na qualificação técnica e profissional para a melhoria de atividades econômicas;
- ❖ Desenvolvem a gestão participativa e espírito democrático;
- ❖ Despertam para a participação em outras instâncias da sociedade;
- ❖ Mobilização, motivação, apoio e contatos com grupos de economia solidária (rede);
- ❖ Implantação e desenvolvimento de tecnologias alternativas;
- ❖ Contribuição para a permanência de agricultores familiares e camponeses na agricultura e nas comunidades rurais;
- ❖ Melhoria na qualidade de vida através da geração de renda/qualificação, segurança alimentar e acesso a direitos;
- ❖ Construção participativa de políticas;
- ❖ Educação para solidariedade e formação de consciência;
- ❖ Mudança de paradigma de desenvolvimento com transição e implementação da agroecologia, resgate da biodiversidade e preservação com multiplicação de sementes crioulas;
- ❖ Resgate cultural (pratos típicos);
- ❖ Formação em políticas públicas, economia solidária e consciência ambiental;
- ❖ Fortalecimento da cultura da solidariedade através da organização dos grupos.



NOTICE TO THE PUBLIC
THE BOARD OF DIRECTORS
OF THE CITY OF...
HAS APPROVED THE...
FOR THE...
...
...
...



FUNDOS SOLIDÁRIOS
DE BASE OU
COMUNITÁRIOS:
UM DESAFIO PARA A
REGIÃO SUL



As oficinas realizadas a partir deste convênio tinham, como principal objetivo, sensibilizar os EES e o Movimento de Economia Solidária como um todo em relação a temática das Finanças Solidárias, com ênfase nos Fundos Solidários. Isso porque, conforme demonstrado pelos dados produzidos ao longo do mapeamento, na região Sul não se identificou fundos solidários constituídos por grupos de base e EES, os chamados Fundos Solidários de Base ou Comunitários. Neste sentido, organizou-se as oficinas a partir de três eixos, conforme o perfil do público participante:

Tipo I: destinada aos participantes pouco ou nenhum conhecimento sobre Economia Solidária e sobre Fundos Solidários.

Tipo II: destinada aos participantes com conhecimento e experiências de participação na Economia Solidária, mas sem conhecimento e experiência sobre a organização e gestão de Fundos Solidários.

Tipo III: destinada aos participantes com experiências de grupos que já trabalham com Fundos Solidários. A lógica desse tipo de oficinas se configurou não apenas como formação, mas, principalmente, como assessoria a fundos solidários já existentes.

Num rápido debate sobre a realização desta modalidade formativa, destacou-se que estas oficinas se constituíram enquanto propostas relativamente novas para a economia solidária da região Sul. A reflexão e exercícios práticos sobre as finanças solidárias e fundos solidários não fazem parte das atividades formativas mais recorrentes da ES na região. As principais dificuldades encontradas ao longo da execução das oficinas relacionam-se com as diferentes expectativas dos participantes, bem como com as diferentes experiências em relação às finanças solidárias e fun-

dos solidários. Estes aspectos tornavam-se mais relevantes quando, em uma mesma atividade formativa, encontravam-se participantes com diferentes perfis de conhecimento e experiências a temática em questão.

As cartilhas sobre os Fundos Solidários produzida no âmbito deste convênio e o vídeo e cartilha do “Cordel dos Fundos Rotativos Solidários” se confirmaram como instrumentos úteis e adequados para a divulgação, reflexão e compreensão sobre a organização e gestão de fundos solidários comunitários ou de base.

No que tange aos aspectos políticos envolvendo os FS, ao longo dos processos formativos discutiu-se sobre a possibilidade de Fundos Solidários de Fomento apoiarem técnica e financeiramente a constituição de Fundos Solidários de Base, bem como a ampliação destas iniciativas na região Sul. Em relação ao apoio a Fundos Solidários de Base, debateu-se sobre a possibilidade dos FS de Fomento apoiarem na região a constituição de novos fundos através da parcela que deveria ser devolvida pelos grupos apoiados em virtude do apoio recebido, ao invés dos recursos dos projetos apoiados retornarem para o FS os grupos apoiados assumiriam o compromisso de viabilizar através de parte do recurso solicitado um novo fundo solidário, desta vez, gerido pelos participantes do próprio grupo. Esta seria uma nova atuação por parte dos fundos existentes, que já apoiam diversos projetos e empreendimentos da economia solidária. Esta alternativa é uma possibilidade que precisa de um amplo debate e a sua operacionalização implica em mudanças de concepção e orientações metodológicas das ações dos FS que passariam a apoiar a constituição de novos fundos solidários geridos por grupos, comunidades e EES.

A prioridade dos projetos que poderiam vir a apoiar a constituição de novos fundos rotativos solidários seriam os recursos provenientes de Projetos apoiados pelo Fundo Nacional de Solidariedade. Os outros Fundos Solidários também poderiam debater e definir com o retorno de quais projetos passaria a apoiar a constituição de novos fundos rotativos solidários comunitários.

As oficinas já realizadas apontam para a importância da realização de processos formativos e informativos sobre finanças solidárias e o apoio à organização de novos fundos rotativos solidários entre grupos/associações de empreendimentos econômi-

cos solidários ou nas comunidades, onde os gestores dos fundos também sejam os seus beneficiários.

Percebe-se que há pouco debate e momentos de reflexão e formação nos e entre os EES sobre a autogestão de recursos. Os EES pouco debatem a autogestão das finanças do seu próprio empreendimento e, menos ainda, a importância, possibilidades e desafios da autogestão de finanças solidárias entre vários EES, mesmo que sejam a gestão dos recursos da execução de algum projeto de fomento com recursos externos, ou então, a gestão de alguma poupança com recursos próprios para constituir um fundo rotativo solidário de um ou mais EES.

Pela tradição dos fundos solidários na Região sul e pelo processo geral de organização de um empreendimento econômico solidário não se consegue (e nem se recomenda) organizar um fundo rotativo solidário somente com a realização de uma oficina. Entende-se que para a organização de um fundo solidário possa ter perspectivas reais de viabilidade torna-se necessário a realização de mais de um processo formativo, algum acompanhamento/apoio de gestores de outros fundos ou de entidades de apoio e poder vislumbrar reais possibilidades de apoio de recursos para que um fundo possa iniciar as suas atividades.

A realização de oficinas que relacionam os fundos solidários com o conjunto dos instrumentos das finanças solidárias provoca um debate estratégico para a economia solidária, pois colocam em evidência a compreensão e as práticas de autogestão e sua relevância para a viabilidade econômica de EES. Estes momentos explicitam a necessidade de esclarecer as diferenças, relações e possíveis complementariedades entre fundos solidários, bancos comunitários de desenvolvimento e cooperativas de crédito solidário. Para que os fundos solidários comunitários possam se constituir numa alternativa atrativa e viável de finan-

ças solidárias para a economia solidária da região Sul é importante a realização de um processo formativo continuado e alguma possibilidade de apoio inicial de recursos, além de assessorias pontuais ao longo de sua implementação. Do mesmo modo, ampliar a divulgação acerca do histórico e realidade dos fundos solidários existentes, bem como a importância para a ES e uma metodologia básica de organização e gestão de fundos solidários comunitários faz-se necessário para o processo de articulação entre estes e outros atores da ES. Indica-se, ainda, a importância de explorar mais a metodologia de intercâmbio entre gestores de fundos e a inserção de novas pessoas no processo da gestão para que FS de Fomento não se caracterizem somente como repassadores de recursos, proporcionando, sobretudo, o debate e o estímulo para a constituição de novos fundos solidários locais.





FUNDOS SOLIDÁRIOS
A força popular na organização de um país justo e soberano.

UNICEF
CAMP
FUNDOS SOLIDÁRIOS
Fundação Grupo Esportivo Brasil
BRASIL

A banner is positioned in front of the stage. On the left side of the banner, there is a small illustration of a community scene with a sun, trees, and people. The main text of the banner reads "FUNDOS SOLIDÁRIOS" in large green letters, followed by the slogan "A força popular na organização de um país justo e soberano." in black. On the right side of the banner, there are several logos: UNICEF, CAMP, FUNDOS SOLIDÁRIOS, Fundação Grupo Esportivo Brasil, and the word "BRASIL" in green. In the foreground, the backs of several audience members' heads are visible. One person is holding up a smartphone to take a photo of the stage.

**TEXTOS PARA
REFLEXÃO E
APROFUNDAMENTO**

FINANÇAS SOLIDÁRIAS E A DEMOCRATIZAÇÃO DO CRÉDITO

O correu, no início de abril de 2014, a Conferência Temática de Finanças Solidárias intitulada “Economia e Democracia: Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e Ambiente Institucional para a Economia Solidária”, e é a partir dos debates que alimentaram esta conferência, principalmente em torno dos eixos “democracia” e “finanças solidárias”, que eu gostaria de pautar a discussão que vou empreender aqui³. O que tem a ver finanças solidárias com democracia, em seu sentido mais amplo? Ou, em outros termos, qual a relação direta que podemos estabelecer entre as experiências de finanças solidárias, em toda sua diversidade e complexidade, com a noção que temos de democracia (ou com a expectativa que temos em relação a ela)?

Quando nos detemos, por exemplo, sobre números como aqueles apresentados pela Oxfam⁴ que apontam para o fato de que a renda conjunta de 3,5 bilhões de pessoas representa o mesmo que a renda das 85 pessoas mais ricas do planeta, confirmamos, ou melhor, reafirmamos o que nossa experiência diária nos mostra: o caráter excludente do sistema capitalista. Sistema esse, responsável pelo acúmulo de riquezas, pelo uso irresponsável de recursos, por originar uma lacuna econômica e social intransponível entre os seres humanos – entre os assim chamados, “ricos” e “pobres”. Trata-se aqui de pontuar o que caracteriza, em termos gerais, a pobreza. Segundo o teórico premiado, Deepa Narayan:



Pobreza é fome, é falta de abrigo. Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir à escola e não saber ler; pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder o seu filho para uma doença trazida pela água não tratada. Pobreza é falta de poder, falta de representação e liberdade. (NARAYAN, 2000)⁵.

Me atrevera a resumir dizendo apenas: capitalismo é pobreza. Por mais que essa afirmação pareça precipitada e incoerente com os números que acabo de apresentar (que indicam uma riqueza, em termos de capital financeiro, bastante exacerbada), é a própria forma de organização do sistema capitalista, que possibilita a concentração de riqueza nas mãos de poucos, a grande responsável por constituir um cenário em que coexistem inúmeras modalidades de pobreza. Assim, quando falamos em concentração de riqueza, estamos falando também em concentração de poder. Poder sobre a riqueza produzida através das mãos de milhares de trabalhadores e trabalhadoras e deles e delas expropriada, poder sobre os processos e meios de produção, poder, em última instância, sobre a vida e sobre a morte. Desta forma, parece-me inviável discutirmos sobre democracia sem pautarmos a lógica do modelo econômico vigente.

É contra tudo isso que se ergue uma outra forma de organização do trabalho, da comercialização, das finanças, das relações entre humanos e não humanos. Esta outra economia, que aqui chamamos de Economia Solidária, é a grande responsável por fortalecer, através do protagonismo das iniciativas populares, ações que almejam transformar as relações de poder existentes e avançar no processo de efetiva democratização, pautado na centralidade da autogestão e da solidariedade.

Deste modo, gostaria de avançar para o tema específico que

nos reúne aqui: as finanças solidárias. Quando falamos em finanças solidárias, estamos apontando para ferramentas financeiras vinculadas às noções de desenvolvimento territorial, dinâmicas locais e organização comunitária. Estamos falando de experiências responsáveis desde a década de 70 pelo fomento às atividades produtivas em comunidades “pobres” e, mais especificamente, experiências responsáveis pelo fomento de outras iniciativas de economia solidária. Pobres aqui, no sentido de excluídas tanto do mercado de trabalho quanto do sistema financeiro. Pobres no que diz respeito ao acesso e as condições básicas de sobrevivência.

Estas experiências, justamente por surgirem em contextos específicos e a partir de dinâmicas e necessidades locais, assumem várias expressões em todo o país. Se atentarmos para apenas três destes atores que compõem o campo de atuação das finanças solidárias – os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, as Cooperativas de Crédito Solidário e os Fundos Rotativos Solidários – já conseguiremos visualizar a complexidade de suas ações e de sua incidência e importância para a Economia Solidária. O trecho que segue é um recorte do documento de referência da Conferência Temática de Finanças Solidárias que procura caracterizar cada uma destas iniciativas (trago-o na íntegra): Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento têm como principal objetivo a reorganização das economias locais, a apropriação dos meios de produção e financeiros através do crédito, e a autogestão na produção do desenvolvimento de determinado território. Os Fundos Rotativos Solidários organizam poupanças comunitárias geridas coletivamente e que proporcionam apoio tanto aos seus membros, quanto ao desenvolvimento da comunidade. As Cooperativas de Crédito Solidário, em grande medida rurais, apoiam não apenas os produtores associados locais, mas ao gerirem as poupanças e riquezas locais, promovem a socialização dos ganhos ao reinvestirem essas poupanças localmente.

É, partindo desta riqueza de experiências e de acúmulos nas mais diversas áreas e contextos, que se almeja, neste momento, a constituição de um Sistema de Finanças Solidárias. A lógica por trás do desenho de “sistema” nos permite entender melhor o papel de cada um destes atores, facilita a articulação entre eles e possibilita a construção de ações nas quais cada um destes segmentos possua um papel específico e complementar. Isso significa que, em última instância, estas experiências não são, de forma alguma, ex-



cludentes. Ao contrário. Importa ainda ressaltar que o Sistema de Finanças Solidárias, não tem finalidade especulativa, ele é um meio para viabilizar a Economia Solidária.

Contudo, para que o Sistema de Finanças Solidárias se concretize, é necessário avançarmos em relação ao marco legal para as finanças solidárias, por exemplo. Enquanto as Cooperativas de Crédito possuem legislação específica que define e legitima suas ações, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, apesar de se enquadrarem na lei de OSCIPs e no decreto que regulamenta estas instituições com finalidade creditícia, por não serem considerados instituições financeiras e não serem regulados pelo Banco Central, não podem captar poupança e nem criar seus próprios serviços bancários e financeiros. Do mesmo modo, as moedas sociais não possuem reconhecimento legal. Em relação aos Fundos Rotativos Solidários, o cenário é ainda mais desafiador. Pela lógica de sua organização, pela metodologia que fundamenta suas ações e, complementarmente, por não possuir um marco legal que reconheça em alguma medida sua legitimidade, os Fundos Rotativos Solidários encontram dificuldades em acessar e captar recursos de fontes públicas.

Encerro, propondo como provocação para o debate que seguirá, pelo menos dois duas questões desafiadoras que, segundo avaliamos na conferência temática de finanças solidárias, estão horizonte da Economia Solidária: por um lado, que mudanças nas leis e regulamentos precisamos para viabilizar a construção e consolidação do sistema de finanças solidárias e, por outro, que fontes de recursos poderiam ser acessadas para viabilizar o sistema de finanças solidárias e, do mesmo modo, quais novos instrumentos e mecanismos de financiamento precisam ser criados?

Notas:

1. Texto apresentado na III Conferência Regional de Economia Solidária/Metropolitano, RS, realizada em Porto Alegre, no dia 29 de abril de 2014.
2. Coordenadora de Projetos Sociais e Educadora Popular no CAMP/ Projeto Fundos Solidários Região Sul.
3. A redação deste texto se baseia fundamentalmente no documento de referência da Conferência Temática de Finanças Solidárias. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/blublai/conferencia-temtica-economia-e-democracia-texto-de-referencia>
4. FUENTES-NIEVA, Ricardo; GALASSO Nicholas. Working for the few: political capture and economic inequality. In: Oxfam Briefing Paper, 20 janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.oxfam.org/en/policy/working-for-the-few-economic-inequality>
5. NARAYAN, D. Voices of the poor – Can anyone hear us? Washington, D.C.: The World Bank, Oxford University Press, 2000.

A QUESTÃO DO CRÉDITO E O CRÉDITO COMO QUESTÃO: FINANÇAS SOLIDÁRIAS E FINANCIAMENTO PARA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ao longo destes primeiros seis meses do ano os atores ligados à Economia Solidária (ES) no país foram chamados para fazer um balanço sobre as políticas públicas voltadas para o segmento, refletindo sobre os avanços, limites e desafios. Convocados a traçar estratégias e indicar proposições para construir o Plano Nacional da Economia Solidária, nos reunimos nos territórios, nos estados e agora voltamos nossa atenção e expectativas para a III Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), que deverá ocorrer em dezembro deste ano, em Brasília.

As conferências públicas são momentos importantes na medida em que possibilitam a participação ativa da sociedade nos debates, reflexões e na construção de subsídios para a formulação de políticas públicas. Deste modo, ao longo destes primeiros encontros preparatórios para a III CONAES, debatemos em torno de quatro eixos principais: 1) produção, comercialização, consumo; 2) financiamento: crédito e finanças solidárias; 3) acesso a conhecimento: educação, formação e assessoramento e 4) ambiente institucional: legislação e integração de políticas públicas.

É sobre o eixo dois que gostaríamos de falar um pouco mais. Com muita frequência os termos “financiamento” e “finanças so-



lidárias” se confundem e são utilizados como sinônimos para a ideia de “concessão de linhas de crédito específica aos empreendimentos econômicos solidários (EES)”. Esta confusão entre os termos e conceitos aparece claramente na maioria dos debates e, por consequência, nas proposições indicadas por este eixo nas conferências realizadas no Rio Grande do Sul até o momento. Cabe, portanto, nos determos um pouco sobre cada um deles.

Quando pautamos o financiamento para ES, estamos apontando para a necessidade de elaboração de leis que reconheçam e regulamentem as atividades realizadas pelo segmento e que garantam, dentro de suas especificidades, linhas de crédito (em bancos públicos e privados) para capital de giro e para custeio e aquisição de bens e móveis pelos EES. Além disso, apontamos ainda, para a necessidade de constituição de um fundo com recursos públicos para financiar o trabalho associado. Mas, preste atenção, fundos públicos para a economia solidária não é o mesmo que Fundos Solidários.

Fundos Solidários (ou Fundos Rotativos Solidários, como são conhecidos em algumas partes do país), são iniciativas das **Finanças Solidárias**, assim como os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, as Cooperativas de Crédito Solidário, os Clubes de Troca, as Moedas Sociais, entre outros. As Finanças Solidárias se constituem em ferramentas financeiras ligadas às noções de desenvolvimento territorial, dinâmicas locais e a organização comunitária. Ou seja, as Finanças Solidárias não são apenas instrumentos que permitem a mobilização de recursos, mas são metodologias de empoderamento financeiro *da e para* a Economia Solidária. E, assim como as questões referentes ao financiamento para Economia Solidária, para que as iniciativas de Finanças Solidárias se concretizem, faz-se necessário avançarmos em termos de políticas públicas que reconheçam a diver-

cidade de experiências e as especificidades de cada uma delas. Os Fundos Solidários, por exemplo, são experiências de gestão coletiva de recursos monetários e não monetários e unem, para além do financiamento às iniciativas produtivas associativas, ações de formação e organização popular. Estas experiências de gestão coletiva, levam ao empoderamento dos grupos, famílias, entidades de apoio e EES que, no exercício da gestão compartilhada, vão construindo com suas próprias mãos seus processos, rompendo com a lógica da dependência.

Cabe ressaltar ainda, que as experiências de Finanças Solidárias nos remetem a alguns princípios que consideram a sabedoria e diversidade da cultura popular e, na medida em que o grupo é quem decide, planeja e executa cada ação, ao utilizar estas ferramentas criam instrumentos capazes de financiar a autonomia econômica e produtiva de famílias e grupos associativos.

Qualificarmos o debate em torno das Finanças Solidárias torna-se um desafio para a Economia Solidária, na medida em que cabe ao segmento se apropriar e reconhecer a importância desses instrumentos como forma de resistir e superar as práticas que ainda são vinculadas ao capital exploratório.

INSTRUMENTOS DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS PRESENTES NA REGIÃO SUL DO BRASIL

A Economia Solidária se constrói como um jeito novo de produzir, distribuir, consumir e se relacionar. Vem se apresentando como uma forma inovadora e alternativa de geração de trabalho, renda e novas relações. Esta prática compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais que são organizadas sob a forma informal, de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, **finanças solidárias**, trocas, comércio justo e consumo solidário.

As Finanças Solidárias se constituem em uma das ações da Economia Solidária. Segundo Gussi, Almeida e Filho (2011), consoante com suas características e especificidades, “o movimento de economia solidária passa a demandar sistemas específicos de finanças” para suas redes e empreendimentos.

Os anos de 1990, especialmente, no Brasil se inicia a construção do campo das finanças solidárias, com a marca ainda incipiente da responsabilidade coletiva, de aval solidário e apontando para uma gestão social de acesso a crédito produtivo.

A denominação “finanças solidárias” se constrói a partir do encontro e da troca de experiências dos empreendimentos e das entidades de apoio, que passaram a nomear e atribuir identidade a estruturação de um campo que passou a aglutinar as experiên-





cias de Fundos Solidários, Cooperativas de Crédito Solidário e Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

Tais experiências compartilham mais do que demandas e agendas comuns, compartilham sonhos, significados e reflexões em prol de um mundo mais justo. São elas que vão, pouco a pouco, dando forma e conteúdo ao campo que foi batizado de “finanças solidárias” como algo distinto dos conceitos por demais abrangentes de “microcrédito” e de “micro finança” (PAIVA, 2006).

No entanto, Talita Jabs Eger (2014), afirma que com muita frequência os termos “financiamento” e “finanças solidárias” se confundem e são utilizados como sinônimos para a ideia de “concessão de linhas de crédito específica aos empreendimentos econômicos solidários”. Esta confusão entre os termos e conceitos aparece claramente na maioria dos debates e, por consequência, nas proposições vinculadas ao assunto.

Financiamento para Economia Solidária se liga com a necessidade de elaboração de leis que reconheçam e regulamentem as atividades realizadas pelo segmento e que garantam, dentro de suas especificidades, linhas de crédito (em bancos públicos e privados) para capital de giro, para custeio e aquisição de bens e móveis pelos empreendimentos econômicos solidários. Além disso, inclui a constituição de fundos com recursos públicos para financiar o trabalho associado.

Já as Finanças Solidárias se constituem em ferramentas financeiras ligadas às noções de desenvolvimento territorial, dinâmicas locais e a organização comunitária. Ou seja, as Finanças Solidárias não são apenas instrumentos que permitem a mobilização de recursos, mas são metodologias de empoderamento financeiro da, com e para a Economia Solidária.

Para Claricio dos Santos Filho (2010), as finanças solidárias são enraizadas nas organizações populares, onde “os interesses e a solidariedade tecidos nas relações sociais internas e externas aos grupos produtivos, são poderosos instrumentos de geração de renda” e autonomia.

Já o Ministério do Trabalho e Emprego entende que:

(...) as diversas formas de finanças solidárias revelam uma rica experiência de organização da base, ao longo das

últimas décadas, para o apoio e crédito a projetos produtivos de indivíduos, empreendimentos e comunidades que geralmente enfrentam muitas dificuldades para acessar o sistema financeiro. Foi para driblar estas dificuldades que nasceram iniciativas como os bancos comunitários, os fundos rotativos solidários e as entidades que atuam com microcrédito produtivo (MTE, 2014).

Sendo assim, as Finanças Solidárias são uma alternativa de democratização, não apenas de acesso ao crédito, mas de gestão e participação das pessoas no processo econômico, e têm o potencial de promover a inclusão financeira e o desenvolvimento das comunidades nos territórios.

Na região Sul do Brasil, segundo mapeamento feito nos anos de 2010 a 2012, as experiências de finanças solidárias se apresentam de forma diferenciada do conjunto do Brasil. Nesta região as principais experiências se situam em três campos, sendo eles: Fundos Solidários de Fomento, Fundos Solidários Comunitários ou de Base e Cooperativas de Crédito Solidário.

Os Fundos Solidários de Fomento são geridos por uma entidade (religiosa, sindical, ONG, associação, Movimento, Cooperativa, etc) que estabelece os critérios para a seleção dos projetos e grupos que serão beneficiados pelos recursos do Fundo. Este tipo de fundo tem práticas de devolução ou não dos recursos e o beneficiário do Fundo não participa, necessariamente, da gestão, apenas acessa o recurso de forma solidária. São organizações formalizadas que fornecem subsídios, sejam financeiros ou técnicos, para que o Fundo Solidário seja criado e mantido. Nesta modalidade encontramos:

- FUNDOS DE ENTIDADES RELIGIOSAS: Cáritas Regionais, Dioceses e Arquidioceses, Comissão Pastoral da Terra;



28/01/2015 18:57

Fundação Luterana de Diaconia (FLD), Centros de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPAs).

- FUNDOS DE ASSOCIAÇÕES/OUTRAS ENTIDADES: União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu (UNAIC), Instituto Padre Josimo, Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (CETAP), COOHABRAS (Cooperativa Habitacional Central do Brasil).

- FUNDOS DE MOVIMENTO SOCIAL: Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST).

- FUNDO DE SINDICATO: Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre/RS.

Os Fundos Rotativos Solidários de Base ou Comunitários, se constituem em experiências onde o/a beneficiário/a do Fundo é também seu/sua gestor/a. Compreende Organizações, normalmente, informais, gestoras de Fundos Solidários. Caracterizam-se pela obrigatoriedade da devolução. Em outros termos, os Fundos de Base ou Comunitários são “poupanças” comunitárias informais geridas coletivamente para fortalecer as atividades econômicas exercidas por seus participantes. Essa poupança pode ser formada por meio de doação voluntária de recursos de cada membro participante do Fundo ou a partir de recursos externos destinados à comunidade. Funcionam como um processo pedagógico de emancipação e organização comunitária. Nesta modalidade encontramos o Fundo Rotativo Solidário Bom Viver, do Fórum de Economia Solidária de São Leopoldo/RS.

As Cooperativas de Crédito Solidário, se consolidam como uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais em uma organização democraticamente gerida. As cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua e responsa-

bilidade, democracia, igualdade e solidariedade. Ao se constituir uma cooperativa, os cooperados comungam e acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante. São instituições formalizadas. Sendo integrada por no mínimo 20 pessoas, uma Cooperativa é uma empresa de dupla natureza que contempla o lado econômico e o social de seus associados. O cooperado é ao mesmo tempo dono e usuário da cooperativa. Enquanto dono, ele vai administrar a empresa, e enquanto usuário ele utiliza os seus serviços. Nesta modalidade encontramos a CRESOL (Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária) e a CREHNOR (Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Novo Sarandi Ltda).

Destaca-se que todas estas experiências têm grande importância política, prática e pedagógica, pois adotam a autogestão, a produção coletiva e cooperativa, valorizando as ações, as experiências, os saberes e as relações já existentes na comunidade, priorizando um saber emancipatório. De outro lado, exigem um olhar diferenciado tanto de quem as faz, de quem acessa e de quem fomenta estas práticas.

BANCO E CASA DE SEMENTES CRIOULAS: FORMAS QUE CONSOLIDAM A RESISTÊNCIA E A CONTINUIDADE DA EXISTÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA⁵

O diálogo e a preocupação sobre o tema da produção de sementes crioulas e de alimentos diversificados, tem se intensificado no último período, devido à grande publicidade acerca dos potenciais problemas que a produção de monocultivos tem acarretado no meio ambiente, através da perda da diversidade de produção e dos impactos na saúde da população.

Portanto, discutir consumo de alimentos saudáveis, remete inicialmente no olhar ampliado para as sementes que dão origem a esta produção. A Via Campesina Internacional, por exemplo, considera que as sementes são Patrimônio dos Povos e que estas devem estar a serviço da Humanidade. Já do ponto de vista científico, a semente é considerada como a maior concentração de energia numa pequena quantidade de matéria. É dela que parte toda a vida existente no planeta.

Segundo Jahn (2010, p.16-17), nesta teia da vida, há muitos anos tem se intensificado as investidas do capital, no sentido de quebrar e destruir, se apropriando da cultura camponesa e colocando outra no lugar. Isso foi sendo forjado especialmente (e com maior intensidade) a partir dos anos 60 com a chamada Revolução Verde. Neste período se planta a ideia de que produzir sem uso de agrotóxicos e com sementes próprias era atrasado e o central passa a ser a produção de monoculturas. Tudo isso fortalecido pelas propagandas, técnicos agrícolas e instituições de

— Educadora Popular do CAMP
ra Popular do CAMP
cuária e Graduando em Engenharia Ambiental e Sanitária (ULBRA) e Educador Popular do CAMP

acompanhamento técnico.

É importante não esquecer que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo e, só em 2010, utilizou mais de 800 milhões de litros em suas lavouras. O Mato Grosso (estado que mais consome), sozinho, utilizou 113 milhões de litros. Segundo o Jornal Brasil de Fato de 19/03/2014, uma pesquisa feita por Wanderley Pignati, da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) apontou para a presença de agrotóxicos em poços de água potáveis, água da chuva e o ar, que apresentaram altos índices de contaminação, assim como a urina dos professores da cidade Lucas do Rio Verde em



MT. A contaminação também atingiu o leite materno: 100% das 62 mães nutrizes apresentavam alteração.

Em outubro de 2013, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) lançou o resultado do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos. O levantamento mostrou que 36% das amostras de alimentos analisadas em 2011 e 29% das realizadas em 2012 tiveram presença elevada de agrotóxico. Além disso, 30% apresentaram índices abaixo do permitido, mas que também podem ser nocivos à saúde.

Há de se ponderar, ainda, que falta muito para que a preocupação de uma parcela da sociedade com o consumo saudável de alimentos passe a se tornar realidade de produção, visto que cada vez mais há pequenos/as produtores/as sendo inseridos nas grandes cadeias produtivas de grãos e animais, há um envelhecimento da população rural e as políticas públicas para este setor ainda são bastante fragilizadas. Do mesmo modo, há uma fragilidade no conjunto das organizações sociais e ONGs que, com quadro reduzido não conseguem acompanhar de forma processual e sistemática a produção de alimentos, do mesmo modo, necessita-se ampliar as práticas que envolvem o processo de armazenamento, logística e comercialização de alimentos saudáveis que provem das sementes crioulas.

Desta forma, experiências que remetem a preservação e multiplicação da diversidade de sementes crioulas se tornam fundamentais. Como exemplo disso, temos o trabalho realizado pelo Centro de Tecnologias Alternativas e Populares⁶ (CETAP) com a experiência do Banco de Sementes Crioulas na região Alto

zação da sociedade civil criada em 1986. Constitui-se como entidade sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública. Sua criação foi motivada pela percepção e necessidade de mudança de uma realidade de crise socioambiental e de agravamento. O CETAP tem a missão de contribuir para a afirmação da agricultura familiar e suas organizações, promoção da agricultura sustentável com base em princípios agroecológicos. Sua equipe de trabalho, composta por técnicos, agricultores, educadoras e da educação, orienta as ações por uma visão sistêmica nas unidades de produção e pelo conjunto de fatores sociais e ambientais que compõem a realidade rural, buscando que os agricultores sejam sujeitos de seu próprio destino. www.cetap.org.br/?page_id=282



Uruguai e do Instituto Cultural Padre Josimo⁷ (ICPJ) com a Casa de Sementes Crioulas na região de Hulha Negra e entorno. Ambas as experiências estão localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, trataremos delas brevemente neste texto.

Para seguirmos conversando sobre este tema, vamos iniciar trazendo alguns elementos para entender o que são sementes crioulas.

⁷ O Instituto Cultural Padre Josimo (ICPJ) surgiu em 2004 com o objetivo de atuar na preservação do meio ambiente, estimular o desenvolvimento rural e a melhoria das condições de vida da população pobre dos campos, das cidades e das comunidades indígenas. Através dos projetos de Casa de Sementes Crioulas, Agroflorestas e Horto Medicinal, o ICPJ desenvolve e apoia atividades sistemáticas de coleta, conservação e distribuição de sementes crioulas e mudas nativas das mais diversas espécies e variedades. O trabalho engloba resgate, produção e multiplicação de mais de 150 espécies vegetais, com o objetivo preservar a biodiversidade e promover a soberania alimentar. O projeto das Casas de Sementes Crioulas nasceu em 2004, com a criação da Casa de Sementes Crioulas “Mãe Terra”, em Tupanciretã (RS), hoje descontinuada. A expansão começou com a implantação da unidade no município de Hulha Negra, denominada “Mãe Terra Sul”, iniciativa depois ampliada com a implantação de outras duas unidades, nos municípios gaúchos de Panambi e Santa Cruz do Sul. Fonte: http://www.padrejosimo.com.br/?page_id=186



SEMENTES CRIOULAS

As sementes de maneira geral são um órgão de reprodução, perpetuação e disseminação das espécies vegetais, originadas de flores fecundadas. As sementes comercializadas no mercado brasileiro seguem a Lei N° 10.711, de 05 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas. No entanto, há diferenças entre as sementes, que podem ser identificadas como híbridas, transgênicas ou crioulas.

Segundo Albarello, Silva e Görgen (p.04, 2009) as sementes crioulas fazem parte da vida dos povos desde a descoberta da agricultura. De forma coletiva descobriram técnicas e práticas que foram com eles evoluindo, entre elas o manejo das sementes crioulas.

Desta forma, são consideradas sementes crioulas uma diversidade de espécies que se encontram na natureza e que foram cuidadas, melhoradas e preservadas ao longo do tempo, passando de geração para geração, alimentando os seres humanos e os animais. Sendo assim, é do trabalho e da sabedoria dos/as antepassados/as que hoje temos as sementes crioulas. Estas agregam sabedoria milenar, experiência, cultura, mística e biodiversidade, por isso são consideradas como vida e patrimônio dos povos.

Os camponeses e as camponesas percebem que as sementes crioulas estão carregadas de esperança. A cada ano preparam a terra e lançam as sementes acreditando na fartura da colheita. Observam as estações do ano, o tempo de plantar e de colher. Plantam milho, feijão e arroz; criam animais (galinhas, patos, gansos, porcos, peixes, vacas...); cultivam a horta, o pomar, semeiam trigo, cuidam das nascentes de água e da mata nativa. Albarello, Silva e Görgen (p.05, 2009).

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Ceará fortalece esta concepção e afirma que as sementes crioulas são aquelas melhoradas e conservadas pelas famílias agricul-

toras ao longo de séculos, adaptadas às suas condições de solo e clima, às suas práticas de manejo e preferências culturais. Historicamente, as comunidades agrícolas têm sido responsáveis pela conservação de uma riquíssima diversidade de espécies e variedades, adaptadas aos mais diferentes usos e necessidades. Essa diversidade faz parte da estratégia produtiva desses/as agricultores/as: elas fornecem alternativas de alimentos, forragem, fibras e remédios ao longo do ano, entre outras vantagens, enriquecendo a dieta e diversificando as possibilidades de obtenção de renda.

Sendo assim, percebe-se que as sementes crioulas sempre estiveram com os/as agricultores/as, sendo cultivadas ano após ano pelas famílias camponesas. Estas sementes atendem as necessidades locais e estão adaptadas as condições da região e aos sistemas de produção.

Outro elemento interessante é a diversidade das sementes crioulas. Por exemplo, uma mesma variedade de feijão, tem uma grande variação entre as sementes, e isso dá mais resistência às pragas e doenças. No Centro-Sul do Paraná e Planalto Norte Catarinense, foram resgatadas 145 variedades de milho crioulo, 141 variedades de feijão, 25 de arroz e 21 de batatinha (CPT, 2012).

Devido a interdependência entre a agricultura familiar e camponesa com as sementes crioulas, pode-se dizer que a continuidade destas formas de produção autônomas e diversificadas, depende da capacidade do camponês e da camponesa em conhecer, resgatar e produzir com sementes crioulas. Albarello, Silva e Görger afirmam que “podemos dizer que as sementes crioulas dependem dos camponeses e das camponesas, assim como os camponeses e camponesas dependem das sementes crioulas” (p.07, 2009).

Para a camponesa Lourdes Rossetto, 63 anos

As sementes são vida. Estamos num momento muito difícil, muitos venenos, novas doenças. As mulheres descobriram a agricultura e cabe a nós descobrirmos formas alternativas de produzir nossos alimentos. Temos preocupações com a vida do planeta e das crianças e nos alimentar de forma saudável. Este modelo exclui os jovens da roça e os idosos não serão eternos. A agroecologia deveria ser uma preocupação de todos/as, mas está sendo uma ação de poucos/as. Cartilha Mulheres Camponesas: recuperação e multiplicação de variedades de sementes crioulas, p.23, 2014.

Por isso, para as comunidades, grupos e famílias se torna de vital importância o fortalecimento da produção, armazenamento, distribuição e comercialização das sementes e variedades crioulas, de forma a garantir a continuidade autônoma da agricultura familiar e camponesa. Assim, a experiência de Casas ou Bancos de Sementes Crioulas se tornam primordiais, pois estes não se constituem apenas num espaço onde as sementes são guardadas, mas em potenciais formas de reorganizar a cadeia produtiva, visto que a ação de preservar variedades de sementes crioulas, garante a preservação e a continuidade da vida.

O QUE É UM BANCO OU CASA DE SEMENTES CRIOULAS

A casa ou banco de sementes crioulas é o local físico onde são armazenadas as sementes crioulas após estarem secas e selecionadas. As famílias produtoras levam suas sementes até a casa/banco e a retiram na hora do plantio. É um espaço de troca que também auxilia no resgate e armazenagem das variedades locais.

Os/as agricultores/as, ao longo dos tempos foram qualificando as técnicas para o armazenamento das sementes em suas casas. Dentre as formas mais comuns está o armazenamento em garrafas plásticas e fechadas, o que impede que haja ar no recipiente, de forma a não comprometer a germinação das sementes. Posterior a isso, são guardadas nos porões das casas ou nos galpões, longe da umidade, ventilação excessiva e luminosidade.

No entanto, o Banco ou Casa de sementes crioulas é um espaço coletivo, onde as famílias camponesas optam em deixar uma parte de suas sementes armazenadas para o próximo plantio, disponibilizando-as para as demais famílias que não possuem aquela determinada variedade. Esta troca de sementes permite, ao mesmo tempo um melhoramento genético da produção⁸ também garante que determinada semente crioula não se perca, devido ao clima e tempos adversos.

Estes espaços atuam como um modelo alternativo de administração coletiva da reserva de sementes necessárias para o plantio. São organizações comunitárias e junto à casa de sementes, as pessoas, famílias e grupos encontram um espaço de em-

8. Segundo o CAMP em janeiro de 2015, os/as agricultores/as afirmaram que uma das formas que utilizam para qualificar sementes crioulas de outras propriedades e mesmo do Banco de Sementes. Segundo eles/as a terra diferente (a terra do/a agricultor/a diferente da sua), aliada a fatores como cuidado e clima, garante uma maior produtividade da semente. Se isso não ocorrer, devido ao clima e tempos adversos, acarretando na diminuição da produção e mesmo no desaparecimento de determinada variedade.

préstimo, troca e disponibilização de sementes. “Este sistema permite que cada família produza e melhore sua própria semente sob a gestão coletiva da reserva” (Albarello, Silva e Görger, p.11, 2009)

Desta forma, uma casa ou banco de sementes crioulas deve ser organizado a partir da realidade e necessidades locais, podendo abranger um grupo, comunidade, município ou região. Depois de construído é importante fazer sua divulgação, de forma a manter e construir articulação com as demais experiências, socializando informações, ações, resultados, bem como, trocando sementes e adquirindo novas variedades.

Um grande desafio para a continuidade destas experiências tem sido a multiplicação destas ações para outros espaços, municípios, entidades, etc., de forma a reproduzir um conhecimento milenar e potencializando ações que contribuem para a continuidade da existência de sementes crioulas e da permanência de camponeses/as no meio rural. Outra questão apontada pelas entidades que possuem estas experiências é avançar no debate e práticas de comercialização de sementes e variedades crioulas, fazendo com que o ato de resistência (“eu ter a minha semente”) passe a ser de enfrentamento (produzir em escala para a venda) às grandes corporações produtoras de commodities.

COMO ORGANIZAR UMA CASA OU BANCO DE SEMENTES CRIOULAS

Devido a experiência de trabalho do ICPJ e do CETAP, as orientações gerais sobre como organizar uma Casa ou Banco de Sementes Crioulas que serão descritas abaixo, são coletadas das elaborações de ambas as entidades, portanto, podem se diferenciar de outras experiências existentes noutras regiões do Brasil.

Sendo assim, segundo estas entidades o primeiro passo para se construir uma casa/banco de sementes crioulas é reunir vizinhos/as e as entidades que existem na comunidade e no município, principalmente as pessoas que já produzam sementes crioulas. Neste momento é importante olhar para as necessidades de se ter um espaço físico, estudar sobre o tema, partilhar conhecimentos e experiências. Também é necessário fazer um levantamento das variedades que já são produzidas na comunidade ou município e a quantidade de sementes produzidas.

A construção de uma casa ou banco de semente crioula olha bastante para o local onde está sendo construída. Cada local indica uma necessidade, assim como, uma forma de organização deste tipo de experiência. Por isso, em conjunto, é preciso decidir sobre como proceder para a construção e organização da casa/banco e como se dará a participação de cada pessoa, família e grupo no processo.

O ideal é que o local onde a casa/banco será construída seja de fácil acesso. Cada pessoa deve se comprometer a plantar as sementes e disponibilizar uma quantidade para a casa/banco, e sempre ir trocando com vizinhos/as e com outras pessoas de outras regiões e estados.



As pessoas e as organizações que participam da casa ou banco de sementes crioulas devem também, decidir coletivamente sobre a sua manutenção e a disponibilização de sementes para a troca e para a venda.

Ainda, é preciso ficar atento/a para a conservação da pureza genética das variedades crioulas, para que estas não sejam contaminadas com genes transgênicos. Para isso é importante ter conhecimento, capacitação, acompanhamento técnico, bem como, realizar e participar de encontros que possibilitem maior acúmulo teórico e prático sobre os processos de reprodução de cada variedade e espécie de plantas e animais.

Como se percebe, os procedimentos para a construção de uma casa/banco de sementes não são muito complicados, mas exigem esforço, empenho e compromisso por parte daqueles/as que optam em construir uma experiência desta natureza. A casa/banco é de todos/as, por isso todas as decisões e sua gestão também são responsabilidades coletivas. Cada pessoa e família tem sua responsabilidade e são cúmplices de um bonito processo, que olha para o bem de todas as pessoas e para a continuidade da vida e da diversidade, em contraposição a lógica individual imposta pelo capitalismo agroexportador.

Outro destaque, identificado pelo CAMP nas entrevistas realizadas em janeiro de 2015, é que o banco/casa de sementes crioulas é apenas a concretude (consequência) de um processo anterior muito maior, realizado pelas entidades de apoio junto com os/as agricultores/as, que vai da valorização do saber popular à qualificação das técnicas de plantio, melhoramento genético, colheita, armazenamento e construção de redes de comercialização. Por isso, a construção de uma casa/banco de sementes crioulas é simples quando comparada com todo o processo anterior que é realizado. A estrutura da casa/banco é apenas a consequência de uma opção feita pelas pessoas, mas a manutenção dela, ampliando-a, é um desafio constante no cotidiano camponês.



ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRÁTICAS NA INSTALAÇÃO DE UMA CASA/BANCO DE SE- MENTES CRIOULAS⁹

Para se poder instalar na comunidade, uma casa/banco de sementes crioulas, é preciso que os agricultores e as agricultoras levem em conta alguns fatores, tais como:

- a) Identificar os motivos que levam à organização de um banco ou casa comunitária de sementes crioulas;
- b) Discutir na comunidade, a forma de gestão;
- c) Saber o tipo de sementes que a comunidade mais necessita de imediato e a longo prazo;
- d) Saber quais variedades e qual a quantidade existente de sementes na comunidade;
- e) Conhecer as práticas e técnicas de como coletar (no caso de sementes de árvores) ou colher (no caso de cultivos de grãos ou de plantas medicinais) as sementes e realizar o beneficiamento adequado para o armazenamento das sementes na casa/banco.
- f) Relembrar e registrar o histórico de como se produzia e se produz na comunidade.
- g) Identificar possíveis impecílios no uso de produtos químicos na produção dos/as vizinhos/as e que possam comprometer geneticamente a semente crioula que está sendo cultivada/produzida.
- h) Que tamanho de área há na comunidade disponível para a produção e propagação as sementes crioulas.

⁹ INSTITUTO DE ASSESSORIA MULTIPROFISSIONAL – CAMP (SITE: www.camp.org.br, TELEFONE: 051 3611 3611, E-MAIL: contato@cetap.org.br); CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS E POPULARES (SITE: <http://cetap.org.br>, TELEFONE: 051 3611 3611, E-MAIL: contato@cetap.org.br); INSTITUTO CULTURAL PADRE JOSIMO (SITE: <http://instituto@padrejosimo.com.br>, TELEFONE: (51) 3085 8107; E-MAIL: instituto@padrejosimo.com.br)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No texto acima, é possível perceber a importância histórica deste tipo de experiência, no entanto, permite que vejamos como o processo de construção de uma experiência desta natureza exige um conjunto de informações e conhecimentos que, muitas vezes foram se perdendo no cotidiano do trabalho familiar e camponês.

Desta forma, é importante buscar apoio de entidades e organizações parceiras, que já possuem o acúmulo no acompanhamento técnico e prático desta modalidade de experiência. Na região Sul do Brasil, podemos destacar duas entidades, das quais no final desta cartilha colocamos os contatos, que são o CETAP e o ICPJ.

A boniteza da ação e do trabalho com as sementes crioulas vai além da conservação das sementes e da consideração delas como patrimônio dos povos a serviço da humanidade. Esta experiência vai ao encontro do pensamento geracional, cuidando do ambiente e das relações entre as pessoas, garantindo alimentos saudáveis e de qualidade, construindo a segurança e soberania alimentar na prática, unindo o campo e a cidade num grande mutirão que prima pela permanência de camponeses/as no meio rural, pela qualidade de vida e pela relação imediata na produção e consumo de alimentos diversificados, saudáveis e limpos.

Fique atento/a! Independente de estar envolvido/a diretamente na construção de uma Casa ou Banco de Sementes, você também pode se envolver neste debate sobre sementes crioulas, conhecendo estas experiências, divulgando-as e participando de eventos que são organizados pela Agricultura Familiar e Camponesa em todo o Brasil.

Estes eventos são feiras e festas, onde camponeses/as se encontram para trocar conhecimentos, experiências, sementes e mudas. Além disso há espaço para comercialização de produtos que são oriundos da produção familiar e camponesa, de base orgânica e agroecológica!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBARELLO, Evanir José; SILVA, Marciano Toledo da; GÖRGEN, Frei Sérgio. Casa de sementes crioulas: caminho para a autonomia na produção camponesa. Impressão: Gráfica Instituto de Menores. Porto Alegre: setembro de 2009. Apoio Fundo Nacional de Solidariedade/CNBB e Cáritas Brasileira.

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS. Equipe de Elaboração: Cátia Bauer, Isaura Isabel Conte, Elisiane de Fátima Jahn. Mulheres Camponesas: Recuperação e Multiplicação de Variedades de Sementes Crioulas. Convênio SDR FPE nº4363/2012 – impressão em 2014.

JAHN, Elisiane de Fátima. Energia e Alimento na Perspectiva das Mulheres Camponesas. Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional – IPPUR (Trabalho de Conclusão de Curso). Abril de 2010.

<http://www.brasildefato.com.br/node/27795> - pesquisa realizada em 10/02/2015 as 12:33

http://cetap.org.br/?page_id=282 – pesquisa realizada em 01/02/2015 as 15:34.

<http://cptce.blogspot.com.br/2012/10/sementes-crioulas.html> - pesquisa realizada em 12/12/2014 as 14:06.

http://www.padrejosimo.com.br/?page_id=186 – pesquisa realizada em 01/02/2015 as 16:02.

LONDRES, Flávia. Sementes Crioulas: Cuidar, Multiplicar e Partilhar. Passo Fundo/RS: Gráfica Battistel, janeiro de 2009.

LONDRES, Flávia. A Produção de Sementes Registradas na nova legislação brasileira de sementes e mudas. Projeto gráfico e diagramação: I Graficci.









AUTOGESTÃO NOS PROCESSOS DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS DA REGIÃO SUL

Elisiane de Fátima Jahn

Com este pequeno texto, pretende-se compartilhar alguns elementos para contribuir com a reflexão acerca da autogestão em um dos instrumentos das Finanças Solidárias, que são os Fundos Solidários. Este exercício objetiva trazer alguns apontamentos para a reflexão sobre as práticas dos Fundos Solidários da região Sul na medida em que, ao se construírem como espaços coletivos, políticos e pedagógicos onde o exercício da coletividade se torna umbilical, a discussão acerca da autogestão se torna um pressuposto.

Desta forma, procurar-se-á dialogar com algumas abordagens teóricas a fim de relacioná-las com as práticas observadas e registradas durante o mapeamento realizado entre 2011 e 2013 pelo CAMP. Considera-se que o conceito “autogestão” possui uma gama bastante ampla de entendimento, desta forma, reservamo-nos a citar apenas aqueles que dialogam mais proximamente com os princípios da Economia Solidária e com as práticas dos Fundos Solidários da região Sul.

Para iniciar esta discussão, é importante afirmar o caráter pedagógico da autogestão na construção de coletivos pensantes, no exercício de criação de lugares democráticos, razão pela qual faz-se necessário uma (re) educação para autogestão. Autores acrescem a informação de que a Economia Solidária se coloca como uma possibilidade concreta de aprendizado acerca da sociedade que se sonha, combinando a vivência ou experimentação da autogestão nas suas práticas cotidianas. Isso porque no trabalho associado vivenciado na ECOSOL, é, ao mesmo tempo, meio e fim educativo. Em outros termos, a fonte de produção de conhecimentos, de novas práticas sociais, produção de bens materiais e espirituais.

Nascimento (2008), afirma que a Economia Solidária é uma das práticas que traduzem o inédito viável discutido por Paulo Freire, no entanto, a percepção e controle

coletivos dos processos de produção é algo que só se concretiza a partir da ação coletiva e gradual dos próprios trabalhadores/as, na mudança das relações que são estabelecidas no cotidiano do trabalho. Repensar a forma de produção, de forma a ter o controle de todo o processo é uma ação árdua, contraditória e que provoca crises.

Por isso, sempre é importante se perguntar como está o exercício democrático no interior destas experiências? Estrategicamente, quais são os núcleos mais importantes e como articulá-los de modo a que todos possam ter acesso ao conjunto dos acontecimentos? E nos Fundos Solidários, como a vivência da autogestão é percebida, entendida e desenvolvida?

A “autogestão” é uma palavra cunhada recentemente, tendo aparecido primeiramente na França nos anos 1960. Significa a gestão por si mesma. Em 1980, as edições CLAS (Cuestiones Actuales Del Socialismo) de Belgrado, publicaram a obra intitulada “A Autogestão Socialista na Yugoslavia.1950-1980.Documentos”. Nela, afirma-se que “A autogestão é um processo revolucionário de transformação social que só pode se expressar em uma profunda revolução socialista e popular. E assim foi nossa revolução. A aspiração à autogestão é imanente a todo movimento socialista, e sem autogestão não existe sequer socialismo”.

Frank Giorgi (2003) afirma que “sob as mais diversas formulações, encontramos na escrita de vários teóricos da autogestão os mesmos elementos de base: a radicalidade da proposta, que se pretende herdeira do projeto revolucionário de libertação humana; o realismo “prático” da dinâmica; a recusa em separar os meios e os fins, a “via” e a “saída”. Ela é, segundo Victor Fay, “utopia realista”. Segundo Nascimento (2008),



Sem dúvidas, o termo “autogestão” é relativamente novo. Contudo, se a PALAVRA é recente, a IDÉIA é tão antiga quanto o próprio movimento operário, remontando aos inícios do século XIX. Sob palavras distintas e doutrinas diferentes, reencontramos a mesma aspiração na qual se inscreve o projeto da autogestão. A autogestão é imanente ao próprio movimento operário e a seu movimento de emancipação.

Para exemplificar a discussão acima, poderia se afirmar que na autogestão, os/as trabalhadores/as passam a questionar os salários, a exploração do trabalho e as relações doentes que ele provoca, por isso há necessidade de sua superação e isso exige: a unificação das lutas sociais, a superação a divisão entre os que mandam e os que executam, a necessidade de rodízios para evitar a burocratização, a necessidade de controle da totalidade da produção e da distribuição através do planejamento democrático dessa produção, além de uma produção voltada para a satisfação das necessidades humanas.

Isso, nas práticas dos Fundos Solidários poderia ser exemplificado da seguinte forma: cada vez mais está se percebendo a necessidade da formação de uma rede de fundos e finanças solidárias para se fortalecer e multiplicar estas experiências, a superação da divisão entre os que mandam e executam é percebida através da consolidação do conselho gestor dos fundos, há um controle sobre todo o processo vivenciado, na medida em que se publiciza as práticas realizadas, é realizado planejamento das ações e os projetos apoiados dialogam com as necessidades apresentadas por cada coletivo.

Nas práticas dos Fundos Solidários, segundo mapeamento realizado, percebeu-se que não é possível fragmentar as funções, individualizar especialidades, pois há uma divisão coletiva de tarefas, rotatividade e compreensão do processo como um todo. De fato a autogestão envolve muito mais do que teorias. Envolve



práticas sociais e individuais, por isso remete a uma reeducação a partir dos princípios de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária. Tão logo, esta forma organizativa torna-se um desafio, na medida em que vive-se numa sociedade capitalista que propõe justamente o inverso.

Bauman (2008), afirma que na atual sociedade o consumo se coloca como centralidade, ou seja, para ser sujeito é preciso consumir em escala e aquilo que o mercado dita. E isso se faz sozinho. Outra pesquisa feita na Inglaterra, indica que as pessoas gostam de fazer coisas sozinhas como ir ao cinema e fazer compras no seu tempo livre e é colocada, junto com ir ao circo, em último lugar, a vontade de participar de reuniões e ações coletivas.

Assim, toda forma de organização coletiva, na atual sociedade, vai na contramão, tão logo, viver a autogestão se torna um desafio ao mesmo tempo em que é uma prática que vai tornando o “inérito, viável” como diria Paulo Freire. Os Fundos Solidários poderiam ser colocados dentre estas experiências em que o inérito viável se materializa.

Desta forma, viver a autogestão remete a construção de uma nova cultura de trabalho, novas relações sociais e constituição de uma sociedade de novo tipo. E, como nos diz Eduardo Galeano¹⁰, a construção de um mundo novo é um processo (e uma tarefa) permanente.

ano, escritor e jornalista uruguaio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

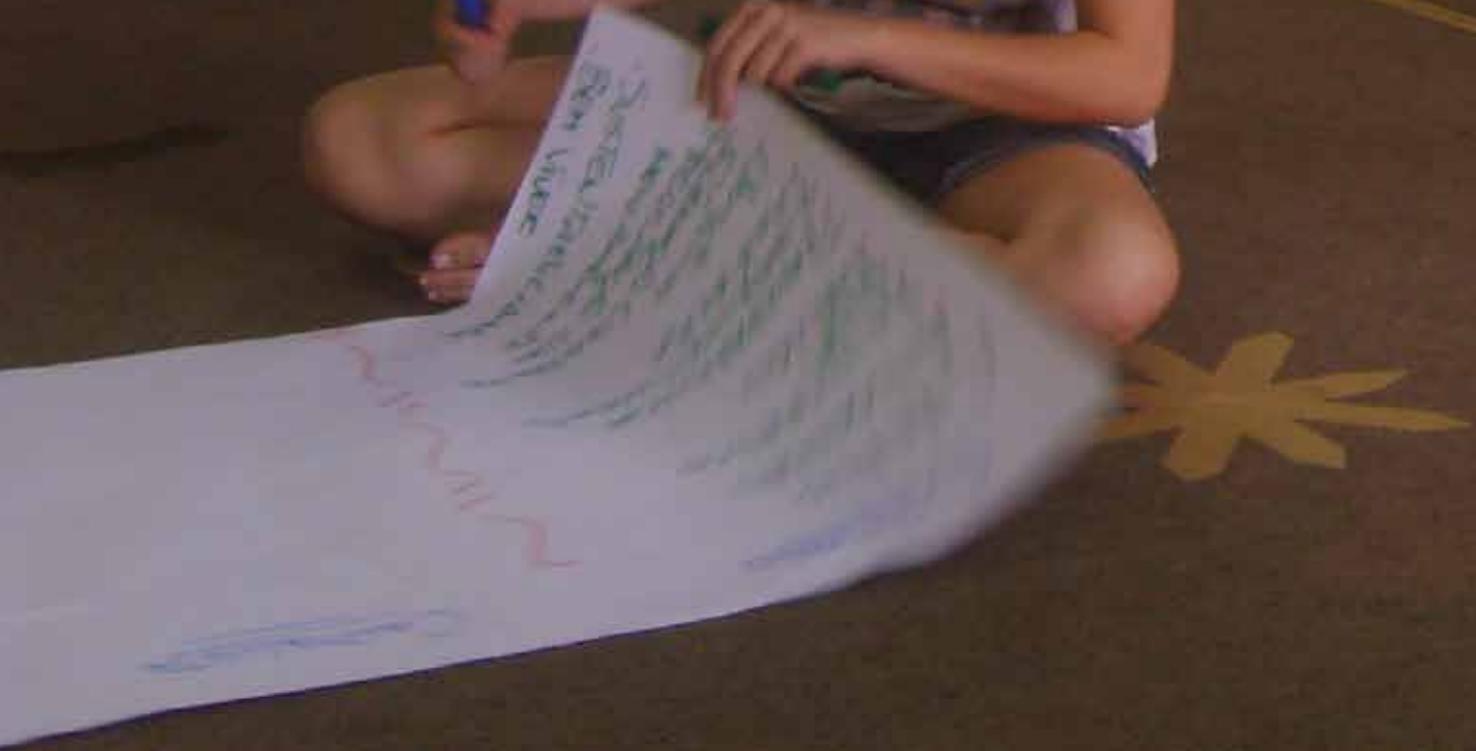
Autogestión Socialista Yugoslava. Nociones Fundamentales. Belgrado: CAS, 1980.
Bayat, Assef. Works Politics and Power - International perspective on Workers Control and Self-Management. Monthly Review Press, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. VIDA PARA CONSUMO: A transformação das pessoas em mercadoria. Tradução:Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

BENINI, Édi A; FARIA, Maurício Sardá de; NOVAES, Henrique T; DAGNINO, Renato (organizadores). Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária -1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

FRANK, Giorgi. Autogestion, la Derniééré Utopie. Paris: Publications de la Sorbonne, 2003.

NASCIMENTO, Claudio. AUTOGESTÃO: Economia Solidária e Utopia. Revista Unisinos Otra Economía - Volumen II - N° 3 - 2° semestre/ 2008.





Christian Aid

FORMACIÓ DE AGENTS DE LA CIUDAD
DELEGACIÓ DE ACCIÓ SOCIAL
DESENVOLUPAMENT INS...

MULHERES, JUVENTUDE, NEGROS(AS) E GESTÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Elisiane de Fátima Jahn
Beatriz Gonçalves Pereira

Neste pequeno exercício, trataremos do tema Mulheres, Juventude, Negros/as e gestão, pontuando as relações e vivências nestas temáticas, a partir da concretude das práticas da Economia Solidária. Desta maneira, vamos começar conversando sobre os conceitos gênero, patriarcado e feminismo para podermos enxergar o lugar relegado às mulheres na sociedade capitalista de classes. Depois serão escritas algumas linhas relacionando mulheres e gestão, tecendo as relações com a Economia Solidária. Da mesma forma, e, pelo mesmo caminho trataremos da juventude e dos/as negros/as.

O conjunto das informações e temas abordados são fruto de pesquisa. Tão logo, podem divergir de muitas compreensões e práticas. O desafio aqui colocado é que se perceba a diferença na discussão sobre gestão, que pode e vem sendo pensada e vivida de forma bastante diversa entre as mulheres, jovens e negros/as na Economia Solidária.

Gênero...



O conceito de gênero diz respeito às representações do masculino e do feminino e às imagens construídas pela sociedade a propósito do homem e da mulher.

A luta feminina por reconhecimento e valorização é permeada por debates políticos e práticos (embora não internalizados pelo conjunto da sociedade e mesmo dos Movimentos sociais mistos) de gênero, conceito que procura trazer elementos sobre as relações entre homens e mulheres. Este conceito surge após muitos anos de luta e de formulação feminista na busca de explicações sobre a origem da opressão sobre as mulheres.

O debate de gênero, segundo estudos, foi trazido inicialmente pela antropologia e pela psicanálise, situando as relações de gênero na definição das identidades e representações sociais, feminina e masculina, como base para a existência de papéis socialmente diferenciados e hierárquicos. Conforme Heleieth Saffioti (2004, p.109) o conceito de gênero chega ao Brasil com mais intensidade na década de 1990.

Os Movimentos de Mulheres passam a adotar este conceito, onde uma das razões, segundo Saffioti, “(...) foi, sem dúvida, a recusa do essencialismo biológico, a repulsa pela imutabilidade implícita em anatomia é o destino, assunto cadente naquele momento histórico” (2004, p.110). E acrescenta: “Era óbvio que se as mulheres eram como categoria social, discriminadas, o eram por homens na qualidade também de uma categoria social” (2004, p.110).

Ivone Gebara, teóloga feminista, afirma que falar de gênero não é falar de mulheres, mas de relações sociais entre mulheres e homens que são estabelecidas pela cultura e pela sociedade que se vive. Sendo assim, ser mulher é uma construção social, onde são atribuídos estereótipos, significados e atribuições



que se vinculam exclusivamente a esta construção. Por exemplo, desde pequenas para as mulheres são atribuídos os sentimentos de bondade, delicadeza... Expressos na cor rosa do vestido, da boneca (para aprender a cuidar), da cozinha e do espaço privado. Já para os meninos, os significados atribuídos dizem respeito à liberdade, ao espaço público e a ele é atribuída a cor azul (remete ao céu) da roupa, do carrinho e a bola de futebol. Sendo assim, as mulheres são educadas e socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Já os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas e que revelam força e coragem.

Ao longo da história construída para homens e mulheres na sociedade capitalista e patriarcal, o lugar das mulheres sempre foi vinculado ao espaço privado. Hoje, mesmo com todos os avanços, fruto da luta, as mulheres são reconhecidas como trabalhadoras, experimentando o espaço público de trabalho.

No entanto, estar trabalhando fora garante reconhecimento e autonomia para as mulheres, mas permanece a sobrecarga nas suas atribuições domésticas. Isso para as camponesas fica explícito na “ajuda” na roça, na realização do “serviço” (servir) de casa, no cuidado com os filhos/as e pessoas mais velhas.

Muitos/as autores/as falam que esta construção patriarcal de sociedade é anterior a existência do sistema capitalista de produção. Assim, a construção da opressão sobre as mulheres é anterior a exploração do trabalho do conjunto dos/as trabalhadores/as. Ivone Gebara (2011, página 13) afirma que estas mudanças culturais são mudanças lentas e são as mais difíceis.

Muita gente imagina que por ter lido um livro interessante sobre relações de gênero ou fazer um curso, já consegue mudar. Não muda facilmente. Entendemos algumas coisas, mas mudanças são mudanças lentas que têm de atravessar



o nosso corpo. Que tem que atravessar as nossas emoções. Podemos entender as coisas de outro jeito, mas continuamos agindo do mesmo jeito no qual nós fomos educadas/os. A partir do feminismo, o que acontece é uma coisa nova. Saímos, queremos sair das ocultações do feminino, das ocultações da nossa individualidade, não queremos mais ser definidas como *seres para os outros*. Que são as mulheres? Nossa definição é que as mulheres são seres para os outros. E os homens? Os homens são seres para si mesmos. (Ivone Gebara 2011, p. 13).

Portanto, sendo as relações de gênero hierárquicas, de poder e controle, logo, a leitura feminista afirma que estas relações de opressão são (principalmente), dos homens sobre as mulheres, devido a cultura patriarcal¹¹. Segundo Ivone Gebara (2001, p.8) “gênero é um instrumento para entendermos as relações sociais e, particularmente, as relações sociais entre mulheres e homens”. Considera-se ainda, que o sexismo não é somente uma ideologia, reflete também uma estrutura de poder, cuja distribuição tem sido muito desigual para as mulheres. Assim, o sexismo prejudica homens, mulheres e suas relações, mas o saldo negativo maior sempre é das mulheres.

Cultura patriarcal? Estrutura de poder e violência? Vamos entender melhor isso...

Do ponto de vista histórico, segundo Saffioti, o patriarcado expande-se para além da ordem de gênero, incluindo todas

ria do grego pater, e se refere a um território governado por um patriarca, de onde deriva a patriarcalidade. O termo patriarcalidade e pagão tem a mesma raiz, assim como PAI.



as áreas da vida e de convivência social. Pode ser considerado como uma hierarquia histórica e cultural em que as mulheres, de um lugar de destaque, passaram a ser consideradas inferiores, e, assim, elas mesmas foram colocadas - em boa medida - a aceitarem e reproduzirem essa “ordem” como verdade.

Lagarde (2011) nos ajuda na caracterização de modo mais detalhado: segundo a autora, o patriarcado é baseado no antagonismo genérico fundado enquanto concepção de mundo, norma, linguagem e instituições para o domínio dos homens e a opressão das mulheres; na clivagem do gênero feminino como produto da inimizade histórica entre as mulheres; no machismo cultural em que a inferiorização das mulheres é produto de sua opressão e na exaltação do masculino, produto de sua virilidade. Ademais, a autora destaca que o patriarcado não se limita à opressão feminina, mas, a todos considerados inferiores na hierarquia, seja de sexo, exercício da sexualidade, raça/etnia, religiosidade, idade, etc.

O patriarcado se sustenta no controle do corpo e da vida das mulheres, bem como no medo, formando um círculo vicioso causador de sofrimento, inclusive para os homens. Segundo Saffioti:

Há muito tempo, afirmou-se que os homens ignoram o altíssimo preço, inclusive emocional (mas não só), que pagam pela amputação de facetas de suas personalidades, da exploração-dominação que exercem sobre as mulheres. Desta forma, não se trata de uns serem melhores que outros, mas de disputa pelo poder, que comporta, necessariamente controle e medo (SAFFIOTI, 2004, p.121).

De acordo com Gebara (2002), de forma geral os estudos da história partem do patriarcalismo como se as mulheres não



tivessem outra história, anterior a esta, que desgraçadamente fez as mulheres acreditarem em uma suposta incapacidade e docilidade: mulheres/seres frágeis, culpadas pelos pecados dos homens e, portanto, inferiores a eles.

Gênero, patriarcado e feminismo, quais as relações?

Conforme a descrição acima, percebemos que gênero não implica necessariamente desigualdade ou poder e nem aponta a parte oprimida. Isso é acrescido no debate feminista, que contesta a dominação e exploração masculina.

O feminismo foi ao longo de muito tempo (e ainda é) mistificado pela sociedade, sendo muitas vezes equiparado quase como um “machismo ao contrário”. Não raro as feministas, ainda hoje, recebem o rótulo de serem mal resolvidas, mal amadas. Também não é raro que muitos “companheiros” prefiram se relacionar afetivamente com aquelas mulheres que não representam ameaça para eles. O temor da palavra feminista ainda é muito forte. No entanto, este discurso serve apenas ao interesse da sociedade machista, de forma a manter as coisas do jeito como estão.

Conforme Ivone Gebara (2011, p.13) “Com o feminismo, começamos a perceber que essas relações são eivadas de poder, eivadas de interesses, eivadas de dominação”. Ainda, “movimento feminista, significa um movimento social e político, uma postura em relação ao direito das mulheres” (2011, p. 14).

No que concerne ao debate feminista no Brasil esta concepção é discutida especialmente nos séculos XIX e XX por iniciativa das mulheres urbanas da classe média, em uma proposição de ideais libertários e igualitários.

Partindo da análise de relações de opressão de gênero, o feminismo pode ser considerado em uma ação individual, coletiva

Pesquisando ◉ Aprendendo ◉ Entendendo

Guia do Professor

Artesanato Indígena



Kaingang & Guarani

VAFY

HEMBIAPO



Territórios Indígenas - REGIÃO SUL

e política das mulheres, que as toma como sujeitos históricos da transformação coletiva e individual da condição social a que estão submetidas.

Segundo alguns estudos, o movimento feminista é bastante difuso e múltiplo. Vivenciou diferentes períodos, ou ondas. No Brasil, a primeira delas é situada do final do século XIX até 1932; a segunda “onda” pode ser descrita como pós 1968 e a terceira, relacionada de 1980 até os dias atuais.

No entanto, essas fases do feminismo brasileiro têm ligação com debates internacionais das mulheres sobre suas vidas, embora expressas de maneiras diferentes em cada local, especialmente devido às conjunturas políticas dos países.

Desta forma, quando se fala de movimento feminista, está se falando de um movimento social, político e econômico, de direitos humanos femininos. Constrói-se então como uma postura, uma opção em relação ao direito das mulheres, uma afirmação da cidadania feminina.

Sendo assim, superar a sociedade capitalista, a divisão social do trabalho, o machismo, sexismo, racismo e patriarcado são importantes a fim de se poder desfrutar de uma verdadeira democracia, onde as pessoas sejam reconhecidas em sua integridade e não olhadas a partir de sua condição social, cor ou sexo.

Desta forma, percebe-se que as mulheres tiveram historicamente um poder que fora negado e roubado. Um poder que fizeram o conjunto da sociedade acreditar que não pertencia as mulheres, pois remetia ao espaço público destinado aos homens. Esta crença fortalecida pela sociedade capitalista faz-nos perceber os limites da inserção das mulheres no espaço público e na não superação da sobrecarga de trabalho ainda presente em suas vidas.



Analisar a realidade das mulheres, no sistema capitalista e patriarcal requer pensarmos na sua não autonomia econômica, baixos salários, empregos precários, sobrecarga de funções, trabalho para o autoconsumo ou a impossibilidade de uma inserção no mundo do trabalho com rendimentos. Mas também mostra, segundo Nalu Faria “a forte presença das mulheres nas práticas econômicas que estão fora da economia mercantil. Muitas dessas experiências construídas com base em relações de solidariedade e reciprocidade, mas em geral voltadas para o cuidado e a sustentabilidade da vida humana” (2011, página 44).

Mulheres e economia solidária: outro olhar para a gestão da vida!

A economia solidária vem sendo construída como uma alternativa de trabalho, renda e construção de novos valores e relações diferenciadas entre as pessoas e com o ambiente.

O desafio que está colocado para a economia solidária é de que seja capaz de incorporar em seus princípios e pilares o compromisso com o questionamento da divisão sexual do trabalho e o reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados com a produção da vida. Além do reconhecimento, tem o desafio de contribuir para que nas suas práticas cotidianas esse trabalho seja considerado uma responsabilidade coletiva e não uma atribuição específica das mulheres.

A compreensão da economia feminista é que ela se relaciona com a economia solidária, porque ambas possuem um caráter contra hegemônico, e que olham para a sociedade percebendo-a para além das relações de mercado, construindo novos valores e práticas de trabalho e de gestão da vida.



A palavra gestão vem do Latim GESTIO, que significa “ato de administrar, de gerenciar”, de GERERE, “levar, realizar”.

Para as mulheres este ato de administrar, conforme vimos acima, vem relacionado com o espaço doméstico, do entorno da casa, do cuidado com filhos/as e idosos/as. A gestão do espaço público vem sendo construída pelo capitalismo patriarcal como um espaço masculino.

A gestão é um ramo das ciências humanas, porque trata com grupo de pessoas.

Surgiu quando, após a revolução industrial, os profissionais decidiram buscar solução para problemas que não existiam antes, usando vários métodos de ciência para administrar os negócios da época.

As funções da gestão tendem a estar associadas, no imaginário e na prática, com os homens. Existe uma correlação, implícita e tomada como universal, entre os homens, o poder e a autoridade nas organizações. Apesar das mulheres terem vindo progressivamente a aumentar as suas qualificações e entrar no espaço público, o número de mulheres que ocupam posições de topo das organizações é ainda muito reduzido (Collinson e Hearn, 1996; Antal e Krebsbach - Gnath, 1993; Alvesson e Billing, 1997; Wright e Tellei, 1993; Rodrigues, 1989 e 1990; Nogueira, Paúl e Amâncio, 1995).

Esta cumplicidade entre a gestão e a masculinidade fica a dever não só aos estereótipos dominantes na sociedade em relação aos homens e às mulheres, mas também aos próprios investigadores sociais, na medida em que estes ignoram sistematicamente, nas suas análises, a importância e a influência do gênero. Ou, no caso em que a incluíram, promoveram a legitimidade científica da ordem natural instituída (Amâncio, 1993).



Assim sendo, as teorias sobre gestão, desde as mais clássicas ou convencionais, até as mais recentes e audaciosas, tendem a manter e assim também reproduzir e reforçar o imaginário masculino da gestão. Assim, tem-se vindo a verificar que as mulheres quando entram para as organizações e quando ocupam posições de gestão, reproduzem o papel que socialmente lhes tem sido atribuído, concentrando - se, por um lado em posições inferiores e, por outro, maioritariamente, em áreas consideradas femininas como é o caso dos departamentos de Gestão de Recursos Humanos (GRH), de Comunicação ou de Relações Públicas (Wajcman, 1996; Rodrigues, 1989).

A economia solidária apresenta-se com práticas e princípios que diferem da lógica mercantil e capitalista de sociedade. Nela, há forte presença das mulheres nas práticas econômicas e solidárias.

Segundo mapeamento da economia solidária realizado pela SENAES em 2007 os grupos de mulheres são pequenos e recentes, muitos deles, no período da pesquisa ainda estavam em estruturação.

Segundo informações do mapeamento, os grupos de mulheres começaram a crescer entre 1999 a 2001. Isso explica o porquê dos investimentos dos grupos com este perfil serem prioritariamente voltados para a garantia da produção (equipamentos, ampliação de estoque e infraestrutura). São poucos os empreendimentos de mulheres que tiveram acesso ao crédito, em torno de 11% e o valor do crédito acessado é muito pequeno. No entanto, mais de 50% dos grupos afirmaram que buscaram acessar créditos e não conseguiram e mais de 75% afirmaram na pesquisa a necessidade de tê-lo acessado.

Destaca-se que a grande maioria dos grupos de mulhe-



res são informais e há falta de documentação. Além disso, Nalu Faria (2011, p.46) pondera que “são visíveis os limites das atuais políticas para responder as debilidades dos grupos de mulheres, pois as dificuldades seguintes se vinculam a questão da informalidade, que são: falta de apoio para elaboração de projetos, taxas de juros incompatíveis com o empreendimento e burocracia dos agentes financeiros”.

Outro dado é que nos grupos onde predominam a participação das mulheres, a sede é outro elemento de fragilidade na estruturação, pois utilizam espaços emprestados ou cedidos para o trabalho. As informações coletadas também mostram que um dos elementos que contribui para a organização dos grupos de mulheres é o apoio e acesso a doação para iniciar a formação do grupo, indicando pouco acesso das mulheres a recursos próprios, mas esforço coletivo de organização e capacidade de articulação para estabelecer relações de parceria.

Com relação a gestão e participação, este mapeamento apontou para o fato de que os grupos de mulheres têm uma gestão menos institucional, fundada nas relações de proximidade, e a participação coletiva na gestão remete a visualizar empreendimentos informais e pequenos.

Quase metade (47,2%) dos grupos exclusivamente de mulheres participa de alguma rede ou fórum de articulação e 65,9% têm relação ou participam de movimentos sociais e populares e 50,9% participam ou desenvolvem alguma ação social. Os grupos de mulheres estão mais presentes em fóruns, o que indica que a forma de inserção e participação das mulheres como sendo mais horizontal e aberta, pouco formalizada.

É perceptível o quanto as informações acima são importantes mas ainda são insuficientes. Permitem perceber o



quanto tem-se que avançar nas políticas e ações para as mulheres na economia solidária, visto que, a informalidade e o acesso às informações permite uma invisibilidade política e organizativa das mulheres.

Responder a esse desafio, visibilizando a contribuição econômica das mulheres é fundamental para ampliar o debate sobre o trabalho e questionar o traço androcêntrico que parte da experiência econômica como a única referência presente na discussão da economia solidária.

Contudo, mesmo diante da necessidade de seguir investigando os processos dos grupos, é importante fortalecer os grupos de mulheres, reconhecendo suas diversificadas experiências práticas e de gestão, avançando na autonomia econômica e política. Isso implica em se ter um conjunto de políticas integradas em relação as finanças solidárias, ao crédito diferenciado, a assistência técnica, a comercialização e ao registro destas vivências práticas.

E os jovens na sociedade capitalista e patriarcal?

A juventude, considerada uma fase de transição para a vida adulta, segundo a Lei 12.852/2013 (Estatuto da Juventude) é composta por pessoas com idade entre 15 e 29 anos.

Para o sistema capitalista que valoriza o novo, a juventude pode ser entendida como a idade ideal, no entanto, a construção social do imaginário capitalista e patriarcal que enxerga a mulher como subalterna, também relega o jovem a uma condição de inferior.

De outro lado, percebe-se uma quantidade cada vez menor de jovens na economia solidária. Quando analisado em postos

SOLIDÁRIO

- COLETIVO
- AUTOGESTÃO
- POLÍTICAS PÚBLICAS
- DEMOCRÁTICO
- UNIÃO
- DIÁLOGO
- TRANSPARENCIA
- COMPROMETIMENTO
- CONFIANÇA
- OBJETIVO
- FORMAÇÃO CONSTANTE
- PREOCUPAÇÃO COM MEIO AMBIENTE
- SUSTENTABILIDADE
- BEM VIVER

CAPITALISTA

- CAPITAL
- LUCRO
- GRUPO FECHADO
- EXPLORAÇÃO ^{TRABALHO} _{MEIO AMBIENTE}
- "EMPREGADO X CHEFE"
- DONO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO
- CONSUMIDOR
- PRIVATIZAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS

de gestão de empresas urbanas, poucos são os pertencentes a este grupo social que assumem postos de comando, mesmo agregando qualificação nas tecnologias, rapidez em absorção de novidades e flexibilidade no trabalho.

Já no meio rural, onde a propriedade ainda é administrada majoritariamente pelos pais, há cada vez uma quantidade menor de jovens e a preocupação com a sucessão rural aparece no cenário brasileiro.

Sendo assim, não há como discutir a inserção de jovens na gestão de processos políticos e pedagógicos na economia solidária, sem discutir uma mudança estrutural, que permita que os/as jovens possam ser uma categoria social atuante na construção de outro modelo de economia e de sociedade, iniciado a partir de práticas cotidianas.

A presença de negras e negros na Economia Solidária: desafio ou concretude?

Nos grupos tradicionais que desenvolvem a religião de matriz africana, costuma-se fazer “obrigações”. Este ritual, quando acontece, envolve o grupo dos “filhos/as de santo” que cotizam entre si tudo o que será necessário para garantir que o momento aconteça. O mesmo acontece nas festas e homenagens as Ancestralidades. Assim, todos os valores são divididos entre todos/as daquela determinada casa (Ylê).

A partir deste exemplo, pode-se afirmar que os povos negros fazem economia solidária há muito tempo. No entanto, este processo de contribuição e organização não são percebidas e reconhecidas como economia solidária.

A pauta opressora da sociedade capitalista e patriarcal



constitui-se em uma repetição histórica de negação de direitos dos povos tradicionais. Sendo assim, há um grande desafio de inserção de negras e negros na economia solidária, rompendo com a lógica excludente da sociedade atual.

Percebe-se que negros/as continuam distantes desta articulação (ECOSOL) que deveria ser levada até suas comunidades e grupos. Desta forma, a economia solidária precisa avançar na inserção de indígenas, negros/as e demais empobrecidos/as de nossa sociedade, fazendo com esta forma de economia possa realmente ser vivida de forma coletiva e diversificada, contemplando as diversidades de experiências de trabalho, relações e gestão, avançando para a garantia de sustentabilidade e garantia de qualidade de vida.

Assim, enquanto não há este acúmulo coletivo, é importante dar passos, divulgando práticas, preparando pessoas e capacitando sujeitos para que todos/as sejam partícipes desta construção da sociedade civil.

Algumas palavras para finalizar...

Conforme perceptível nos textos acima, discutir e potencializar as mulheres, juventude e negros/as na gestão dos empreendimentos formais e informais de economia solidária, requer a construção de novas práticas solidárias, comunitárias e feministas numa pedagogia de autogestão e empoderamento real das pessoas, buscando qualidade de vida e transformação social.



REFERÊNCIAS:

Amâncio, L. (1993), "Gênero - Representações e Identidades", *Sociologia, Problemas e Práticas*, Set., nº 14, Lisboa, ISCTE, p.127 -140.

Butto, Andrea; Dantas, Isolda (organizadoras). *Autonomia e Cidadania: Políticas de Organização Produtiva para as Mulheres no Meio Rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

Gebara, Ivone. *Cultura e Relações de Gênero*. São Paulo: Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae, 2002 (seminário).

http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR-462dd233668c4_1.PDF - pesquisa realizada em 24 de julho de 2014 às 15:06.

<http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/gestao/> - pesquisa realizada em 24 de julho de 2014 às 15:29.

<http://pensador.uol.com.br/juventude/> - pesquisa realizada em 28 de julho de 2014, as 20:03.

<http://www.significados.com.br/gestao/> - pesquisa realizada em 24 de julho de 2014 às 15:45.

Nogueira, C.; Paúl, C. e Amâncio, L. (1995), "Women in Management in Portugal: a Demographic Overview", in Amâncio, L. e Nogueira, C. (Eds.), "Gender, Management and Science", Braga, Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, p. 207 - 218.

Rodrigues, M. (1989), "Mulheres Empresárias – Resultado de uma Investigação Empírica Sobre as Mulheres Empresárias em Portugal", *Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica*, ISCTE, Policopiado.

Rodrigues, M. (1990), "Mulheres "Patrão" e o Dualismo do Mercado de Trabalho",

Sociologia - Problemas e Práticas, nº.8, Lisboa, ISCTE p. 63 - 73.

Saffioti, Heleieth I. B. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004 (coleção Brasil Urgente).

Silveira, Maria Lucia da; Tito, Neuza (organizadoras). *Trabalho Doméstico e de Cuidados: por um outro paradigma de sustentabilidade da vida humana*. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2008.







PARCERIA CAMP E CÁRITAS RS: FORTALECENDO E POTENCIALIZANDO A AÇÃO DOS FUNDOS DIOCESANOS DE SOLIDARIEDADE

Elisiane de Fátima Jahn¹²

Talita Jabs Eger¹³

(...) porque o conhecimento é assim:

é meta da forma

metamorfose

movimento

fluir no tempo

que tanto cria como arrasa

e nos mostra que para o voo

é preciso tanto o casulo

como a asa.

Mauro Iasi (Aula de Voo, 2000)

O Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) é uma Organização da Sociedade Civil (ONG). Situado em Porto Alegre/RS, o CAMP foi fundado em 1983, tendo, desde então sua trajetória marcada pela potencialização de processos organizati-

agógica do Projeto Fundos Solidários da Região Sul/CAMP e Educadora Popular.
Projetos Sociais/CAMP e Educadora Popular.



vos com jovens, mulheres e homens da cidade e do campo, através dos temas e práticas da Educação Popular, Economia Solidária, Direitos Humanos, reciclagem e comunicação, primando sempre pela articulação com segmentos da sociedade civil com os quais compartilha os mesmos princípios.

A partir de sua atuação junto a Economia Solidária, associando-a ao debate voltado aos Direitos Humanos, o CAMP compreende que estas duas dimensões possuem elementos importantes para a construção do empoderamento popular, pois proporcionam o desenvolvimento de processos em que as pessoas ao se organizarem se tornam protagonistas de suas vidas, de suas relações e de suas atividades laborais.

Desta forma, compreende-se que a Economia Solidária anda na contramão do sistema capitalista, patriarcal, homofóbico e racista e atua como: “resgate da luta histórica dos (as) trabalhadores (as) contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modelo capitalista” (Economia Solidária: documentos, trajetórias e organização do movimento, 2012, pg.04).

Sendo assim, a

(...) economia solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos/as os/as cidadãos/ãs, seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável (Economia Solidária: documentos, trajetórias e organização do movimento, 2012, pg.07).

Juntamente com a Economia Solidária é construída a necessidade de se ter sistemas específicos de Finanças Solidárias para garantir maior autonomia para as redes e empreendimentos econômicos solidários. Assim, nos anos de 1990, especialmente,



no Brasil se inicia a construção do campo das Finanças Solidárias, com a marca ainda incipiente da responsabilidade coletiva, de aval solidário e apontando para uma gestão social de acesso a crédito produtivo.

A denominação “finanças solidárias” se constrói a partir do encontro e da troca de experiências dos empreendimentos econômicos solidários e das entidades de apoio, que passaram a nomear e atribuir identidade a estruturação de um campo que passou a aglutinar as experiências de Fundos Rotativos Solidários, Cooperativas de Crédito Solidário e Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

Tais experiências compartilham mais do que demandas e agendas comuns, compartilham sonhos, significados e reflexões em prol de um mundo mais justo. São elas que vão, pouco a pouco, dando forma e conteúdo ao campo que foi batizado de “finanças solidárias” como algo distinto dos conceitos por demais abrangentes de “microcrédito” e de “micro finança” (PAIVA, 2006).

Sendo assim, as Finanças Solidárias se constituem em ferramentas financeiras ou não, ligadas às noções de desenvolvimento territorial, dinâmicas locais e a organização comunitária. Ou seja, as Finanças Solidárias não são apenas instrumentos que permitem a mobilização de recursos, mas são metodologias de empoderamento financeiro *da e para* a Economia Solidária.

Na região Sul do Brasil, segundo mapeamento feito pelo CAMP nos anos de 2010 a 2012, as experiências de Finanças Solidárias se apresentam de forma diferenciada do conjunto do Brasil. Nesta região as principais experiências se situam em três campos:

- ✓ Os Fundos Solidários que são geridos por uma entida-



de (religiosa, sindical, ONG, etc.) responsável por estabelecer os critérios para a seleção dos projetos e grupos que serão beneficiados pelos recursos do Fundo. Este tipo de fundo tem diversas práticas de devolução dos recursos repassados aos projetos.

✓ Os Fundos Rotativos Solidários de Sementes, ou as casas de sementes crioulas, que são organizações comunitárias que visam a autossuficiência dos/as agricultores/as familiares e camponeses/as, no abastecimento de sementes de espécies crioulas, importantes para a autonomia do sistema de produção de alimentos.

✓ As Cooperativas de Crédito Solidário, presentes, principalmente, as áreas rurais, estas iniciativas têm por objetivo apoiar as iniciativas produtivas de trabalhadore/as do campo.

No que diz respeito aos Fundos Solidários, há ainda a experiência vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que possui um Fundo de Crédito Rotativo. Este Fundo surgiu com o objetivo de suprir uma demanda histórica do acesso ao crédito, apoiando primordialmente a ação econômica de grupos de mulheres e de jovens dos assentamentos da reforma agrária para que pudessem iniciar atividades produtivas.

Destaca-se que todas estas experiências têm grande importância política, prática e pedagógica, pois adotam a autogestão, a produção coletiva e cooperativa, valorizando as ações, as experiências, os saberes e as relações já existentes na comunidade, priorizando um saber emancipatório.

No entanto, para avançar e fortalecer estas práticas já existentes, contribuindo na construção de outras experiências de natureza semelhante como os Fundos de Base ou Comunitários, a construção de articulações e parcerias se torna eixo fundamental



da ação, de maneira que se possa para trilhar, refletir e caminhar juntos, respeitando a diversidade, autonomia e especificidade de cada segmento.

Considerando a experiência da Cáritas e de muitas Dioceses com Fundos de Solidariedade e, entendendo a necessidade de articulação destas experiências em rede o CAMP e a Cáritas Regional do Rio Grande do Sul, tendo em vista ações previstas em projetos que executam junto a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), estabeleceram uma parceria no sentido de fortalecer e potencializar suas ações voltadas aos Fundos Diocesanos de Solidariedade.

Enquanto o projeto executado pela Cáritas Regional do Rio Grande do Sul tem ações voltadas para 05 Fundos Diocesanos de Solidariedade (FDS), o projeto desenvolvido pelo CAMP prevê ações diretas com outros 04 FDS. Entendemos que ações específicas para estes fundos são importantes, uma vez que garantem, em primeiro lugar, que a historicidade e diversidade seja respeitada e, por outro lado, ao fortalecer as ações destas experiências se potencializa também a constituição de uma rede de Finanças Solidárias na região Sul.

Desta forma, indicamos a importância das ações formativas e organizativas previstas em ambos os projetos serem realizadas a partir de uma metodologia semelhante, garantindo, assim, processos coletivos continuados e homogêneos. Acreditamos que com estas ações estaremos maximizando a utilização de recursos públicos, bem como a ação junto aos FDS. Contudo, cabe-nos o desafio prático e político de fazer este exercício de unidade de ação com todos os demais atores e parceiros/as do projeto. De igual maneira, é importante pensarmos nestas ações olhando para o conjunto da região sul do Brasil e nos desafiar-mos a forjar o novo, a partir de nossas vivências e práticas, visando a construção de novas teorias, pessoas e sociedade.



28.01.2015 15:07

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BERTUCCI, Ademar e KIRSCH, Rosana. Economia Solidária: documentos, trajetórias e organização do movimento. Ideograf: Brasília, 2012.

EGER, Talita Jabs. A questão do crédito e o crédito como questão: finanças solidárias e financiamento para a economia solidária. Vento Sul/CAMP, 2014.

IASI, Mauro. Aula de Voo e outros poemas. São Paulo: CPV, 2000.

PAIVA, V. R. A. de. Mulheres, Trabalho e Cidadania: a construção de significados numa lógica solidária de inclusão – a experiência da incubadora feminina da associação de moradores do Conjunto Palmeiras, 2006. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2006.







CONTATOS DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS MAPEADOS NA REGIÃO SUL

Fundo Diocesano de Solidariedade de Criciúma

Rua João Pessoa, 16. Bairro Centro: Cep: 88801-530

Criciúma, SC

48-34336313

Cáritas de Criciúma

<http://www.diocesecriciuma.com.br/>

Iniciativa e Fortalecimento Comunitário

Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 1524. Bairro Pantanal. Cep:88040-001

Florianópolis, SC

48 3207-7033

Cáritas Brasileira Regional de Santa Catarina

<http://sc.caritas.org.br/>

Fundo Arquidiocesano de Solidariedade

Rua Esteves Júnior, 447. Bairro: Centro. Cep: 88015-130

Florianópolis, SC

48-32248776

Ação Arquidiocesana de Florianópolis

www.arquifln.org.br

Fundo Diocesano de Caçador

Rua Mafra, 235. Cep: 89500-000

Caçador, SC

49-35632045

Diocese de Caçador

www.diocesedecacador.org.br

Fundo Diocesano de Solidariedade de Chapecó
Av. Getúlio Vargas, 121. Bairro: Centro. Cep: 89980-001
Chapecó, SC
49-33223045
Diocese de Chapecó
www.diocesechapeco.org.br

Fundo Diocesano de Solidariedade de Rio do Sul
Rua São Ludgério, 79. Bairro Centro.
Rio do Sul, SC
47-35210315
Cáritas Diocesana de Rio do Sul
www.dioceseriodosul.org.br

Fundo Diocesano de solidariedade de Lages
Rua Correia Pinto, 247. Centro. Cep: 88502-970
Lages, SC
49-32221724
Cúria Diocesana de Lages
www.diocesedelages.com.br

Fundo Diocesano de Solidariedade de Tubarão
Rua Senador Gustavo Richard, 90. Bairro: Centro.
Tubarão, SC
48-36221504
Diocese de Tubarão
www.diocesedetubarao.com.br

Fundo Diocesano de Solidariedade de Londrina

Rua Dom Bosco, 145.

Londrina, PR

43-33387252

Cáritas Londrina

www.caritalondrina.com.br

Fundo Diocesano de Solidariedade de Ponta Grossa

Rua Cel. Dulcídio, 637. Cep: 84010-280

Ponta Grossa, PR

42-30282308

Diocese de Ponta Grossa

www.caritaspg.org.br

Fundo Diocesano de Apucarana

Rua Prof. João Cândido Ferreira, 14. Cep: 85801-051

Apucarana, PR

43-34231428

Mitra Diocesana de Apucarana

www.diocesedeapucarana.com.br

Fundo Conquista da Casa Própria

Av. São Vicente de Paulo, 66. Cep: 85852-020

Maringá, PR

44-32655338

Núcleo Social Papa João XXIII

<http://www.nucleosocialpapajoaoxxiii.org.br/>

Fundo Crédito Rotativo do MST

Laranjeiras do Sul, PR

42-91124308

MST

Fundo Arquidiocesano de Solidariedade

Rua Vereador Joaquim Pereira de Castro 267

Maringá, PR

44-32634887

Ação de Reflexão e Ação Social - ARAS

www.aras.org.br

Fundo Diocesano de Solidariedade da ASP

Rua Baltazar Carrasco dos Reis, 1787. Cep: 802300700

Curitiba, PR

41-33306200

Ação Social do Paraná

www.acaosocialdoparana.org.br

Fundo Diocesana de Umuarama

Av. Padre José Neto Júnior, 4260. Cep: 87502-970

Umuarama, PR

44-36221301

Diocese de Umuarama

www.diocesedeumuarama.org.br

Fundo Solidário Vale Vida

Estrada Rural do Uru, Km8 (Sítio Santa Lúcia). Cep: 86920000

Kaloré, PR

43-99313233

Associação de Agricultores de Kaloré

Fundo de Apoio a Pequenos Projetos

Rua Rio de Janeiro, 1143. Cep: 85960-000

Marechal Rondon, PR

45-32542820

CAPA Rondon

www.capa.org.br

Fundo Diocesano de Solidariedade de Foz do Iguaçu

Rua Venanti Otremba, 585. Bairro: Vila Maracanã. Cep: 85852-020

Foz do Iguaçu, PR

45-35745811

Diocese de Foz do Iguaçu

www.diocesefoz.or.br

Fundo Diocesano de Solidariedade de Cascavel

Rua Maranhã, 1595.

Cascavel, PR

45-32252324

Mitra Arquidiocesana de Cascavel

www.arquicascavel.org.br

Fundo Diocesano de Solidariedade de Cruz Alta

Rua Duque de Caxias, 729. Cep: 91350-200

Cruz Alta, RS

Cáritas Diocesana de Cruz Alta

Fundo Arquidiocesano de Passo Fundo

Rua Paissandu, 1868. Cep: 99010-102

Passo Fundo, RS

54-30451262

Cáritas Arquidiocesana de Passo Fundo

www.caritaspf.com.br

Casa de Sementes Mãe Terra

Hulha Negra, RS

51-32288107

Instituto Cultural Padre Josimo

www.padrejosimo.com.br

Casa de Sementes da UNAIC

Av. Exército Nacional, 225. Cep: 96600-000

Canguçu, RS

53-32522506

União das Associações Comunitárias do Interior de canguçu

www.unaic.blogspot.com

Fundo de Apoio Comunitário de Santa Cruz

Rua Thomas Flores, 805. Cep: 96810-090

Santa Cruz, RS

51-37152750

CAPA Santa Cruz

www.capa.org.br

Fundo Diocesano de Solidariedade de Novo Hamburgo

Rua Joaquim Nabuco, 543. Cep: 93310-002

Novo Hamburgo, RS

51-30354678

Diocese de Novo Hamburgo

Casa de Sementes Crioulas

Linha Vaca Morta. Cep: 99725-000

Três Arroios, RS

54-35043941

CETAP Erechim

Eixo de Ação Produção Agroecológica e Resgate de Sementes

Rua Manoel Ferrador, 155

Porto Alegre, RS

51-33444415

Comissão Pastoral da Terra

www.cptnacional.org.br

Fundo de Apoio a Pequenos Projetos

Rua Gaurama, 470. Bairro Centro. Cep: 99700-000

Erechim, RS

54-33215951

CAPA Erechim

www.capa.org.br

Fundo de Projetos

Rua Dr Flores, 62. Bairro Centro. Cep: 90020-121

Porto Alegre, RS

51-32259066

Fundação Luterana de Diaconia - FLD

www.fld.com.br

Fundo Rotativo Solidário

Rua Coronel Andre Belo, 452. Cep: 90110-020

Porto Alegre, RS

51-32721787

Cáritas Brasileira Regional Rio Grande do Sul

www.rs.caritas.org.br

Fundo Diocesano de Solidariedade de Vacaria

Rua Ramiro Barcelos, 86. Cep: 95200-000

Vacaria, RS

54-32311373

Cáritas Vacaria

caritasvacaria.blogspot.com

Fundo Solidário dos Metalúrgicos

Av. Francisco Trein, 116. Cep: 91350-200

Porto Alegre, RS

51-33411900

Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre

www.stimepa.org.br





REALIZAÇÃO



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA